

ENSINO SUPERIOR

USP quer melhorar graduação com recursos de empresas

Pró-reitora Selma Garrido Pimenta quer ampliar bolsas de iniciação científica



capit 4

Renata Cafardo

As idéias são muitas e diversas, mas esbarram numa solução comum. A Universidade de São Paulo (USP) precisa buscar recursos em empresas privadas, sociedade civil e ex-alunos bem sucedidos para melhorar a graduação. É o que diz a nova pró-reitora de graduação da USP, Selma Garrido Pimenta.

Aos 62 anos, ela foi indicada ao cargo pela reitora Suely Vilela, depois de dirigir a Faculdade de Educação da instituição. Formada e pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), a educadora chegou à USP em 1989, passou por seis concursos públicos e hoje é professora titular de didática.

Selma tem um jeito tranqüilo e organizado de falar. Mas as posições são fortes. "Por que não pensar numa parcela de lucro de determinadas empresas destinada aos alunos da universidade?" Em suas propostas, o dinheiro iria principalmente para bolsas. E ajudaria a manter jovens carentes na USP, aumentaria o número de alunos em programas de iniciação científica e estimularia estágios em escolas públicas de estudantes de cursos de Licenciatura.

Ela também fala em mudanças na Fuvest. "Precisamos adequar o vestibular aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que é o patamar desejável de formação para todas as áreas. Hoje, temos algumas distorções, a interlocução básica são os cursinhos."

O mandato de pró-reitora tem dois anos e é renovável. Outras três áreas também têm suas pró-reitorias: a pesquisa, chefiada atualmente pela geneticista Mayana Zatz; a pós-graduação, pelo físico Armando Corbani Ferraz, e a cultura e extensão, pelo sociólogo Sedi Hirano. A seguir, as principais propostas para a graduação.

● CURRÍCULO

Entre 2003 e 2005, a USP realizou avaliações internas, que, a partir de agora, vão nortear muitas das iniciativas. As unidades se auto-avaliaram e professores de fora da instituição e do País opinaram sobre o que viram. Uma das conclusões foi a de que é preciso trazer a pesquisa para mais perto do ensino e da aprendizagem. Para isso, Selma defende uma grande ampliação do número de alunos que fazem a chamada iniciação científica durante a graduação. Essas pesquisas só podem ser realizadas com recursos que chegam à universidade por meio de bolsas aos alunos, financiadas por entidades como Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Atualmente, são 1.600 bolsas de iniciação científica por ano. "Nosso plano é, no mínimo, dobrar", diz a pró-reitora. O valor

médio é de R\$ 300 por mês. "Os recursos para isso podem vir de uma parte orçamentária, mas poderíamos ter a colaboração de setores da sociedade em geral, da iniciativa privada, bancos, editoras, jornais, além dos egressos da USP. Eu acredito que teremos um retorno muito significativo."

Segundo ela, é preciso um movimento curricular que tome os problemas da sociedade como ponto de partida para a formação dos graduandos. "Um profissional hoje que não tiver uma formação bem qualificada na área da pesquisa corre o risco de ser um reproduzidor de fórmulas tradicionais."

● BIBLIOTECAS BÁSICAS

"O livro ainda é importante, principalmente em algumas áreas do conhecimento", diz Selma. Ela explica que até algum tempo atrás se entendia que o aluno da graduação poderia fazer a sua própria biblioteca, comprando os livros aos

poucos. "Mas a pauperização da sociedade aponta para que a universidade seja esse suporte. Temos grandes bibliotecas, mas é preciso ampliar a quantidade de exemplares." A pró-reitora conta que estão sendo mapeadas as unidades que trabalham menos com biblioteca e mais com suporte eletrônico para artigos e periódicos. Sel-

'Não é suficiente ingressar, o aluno precisa de apoio para permanecer'

ma, mais uma vez, lembra dos mecanismos adicionais para trazer recursos a fim de criar as bibliotecas básicas.

● VESTIBULAR

Para a pró-reitora, o vestibular da Fuvest precisa se adequar aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), desenvolvi-

dos por educadores e governo nos anos 90 para nortear o ensino médio no País. "Esse é o patamar desejável de formação para todas as áreas e passarão a ser, mais, os nossos interlocutores no exame." Ela afirma que hoje os cursinhos pré-vestibular influenciam na prova, o que é "uma distorção".

Para Selma, a mudança na Fuvest vai fazer com que as escolas da rede pública também cumpram os PCNs. Um grupo, no entanto, ainda estuda outras mudanças para a Fuvest. Entre elas, que o vestibular não seja mais dividido em disciplinas.

● AJUDA À ESCOLA PÚBLICA

Um dos desafios principais da pró-reitoria é a inclusão, ou seja, como trazer mais estudantes de escolas públicas para a USP. Selma acredita que é preciso interferir na escola para que isso aconteça. E critica os governos, falando da queda da qualidade do ensino. "O contingente da exclusão tem sido

aprofundado por uma política educacional brasileira que optou por ampliar a quantidade do acesso. Isso gera o quadro atual: alunos terminando o ensino fundamental e médio com carências socioeducativas."

Uma das propostas da nova pró-reitoria é a de criar estágios curriculares, com recebimento de bolsas, para estudantes de cursos de Licenciatura na USP. Hoje há mais de 4 mil deles, em áreas como matemática, português, física e química. Serão feitos convênios com as redes públicas e alunos a partir do segundo ano poderão participar. "O estágio propicia formação inicial mais próxima da realidade e funciona como formação contínua para os professores que atuam nas escolas."

● COTAS

"É preciso ampliar e democratizar o acesso à USP, sem perda da qualidade seletiva do ingresso. A seleção continuará a ser por mérito", deixou claro a pró-reitora. A USP tradicionalmente tem uma posição contrária às cotas no ensino superior. O que a instituição oferece, e continuará a oferecer, são isenções na taxa de inscrição do vestibular.

Para os alunos carentes que ingressarem na instituição, está sendo proposta também uma ampliação do programa de bolsas - para moradia, alimentação e transporte. "Não é suficiente o aluno ingressar, ele precisa de apoio para permanecer."

Mas Selma chama a atenção para outro desafio. "Os jovens e adolescentes estão cada vez mais distantes da USP. Eles já nem pensam que a USP é uma possibilidade porque ouvem de seus professores que a instituição não é para alunos de escolas públicas", diz a pró-reitora. "Talvez fosse o caso de termos, sem medo da palavra, uma estratégia de marketing direcionada aos alunos da escola pública. Ainda não sei como, mas precisamos fazer isso."

● INTERNACIONALIZAÇÃO

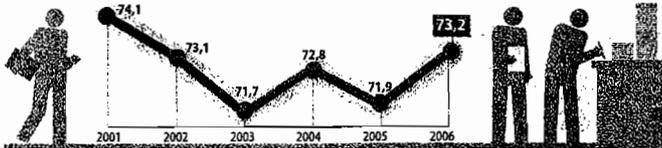
"Uma questão que se supõe para a graduação é o domínio da língua estrangeira", diz. Segundo ela, programas que permitam aos alunos estudar, no mínimo, uma segunda língua precisam ser ampliados. Projetos como o do duplo diploma, em que parte da graduação é feita na USP e parte numa universidade estrangeira, também vão receber apoio.

"A mensagem principal é de que USP está no ranking das 200 primeiras universidades mundiais, mas queremos estar entre as 40." ●

Cópia
+
galinete

AVANÇO DA ESCOLA PARTICULAR NA FUVEST

% de aprovados provenientes de escola particular

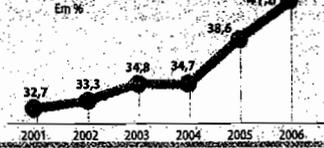


8,2%
foi quanto aumentou a proporção de inscritos no exame provenientes da rede pública de 2005 para 2006

7,9%
foi quanto caiu a proporção de aprovados desse sistema no mesmo período

PERCENTAGEM DE INSCRITOS DA ESCOLA PÚBLICA NA FUVEST

Em %



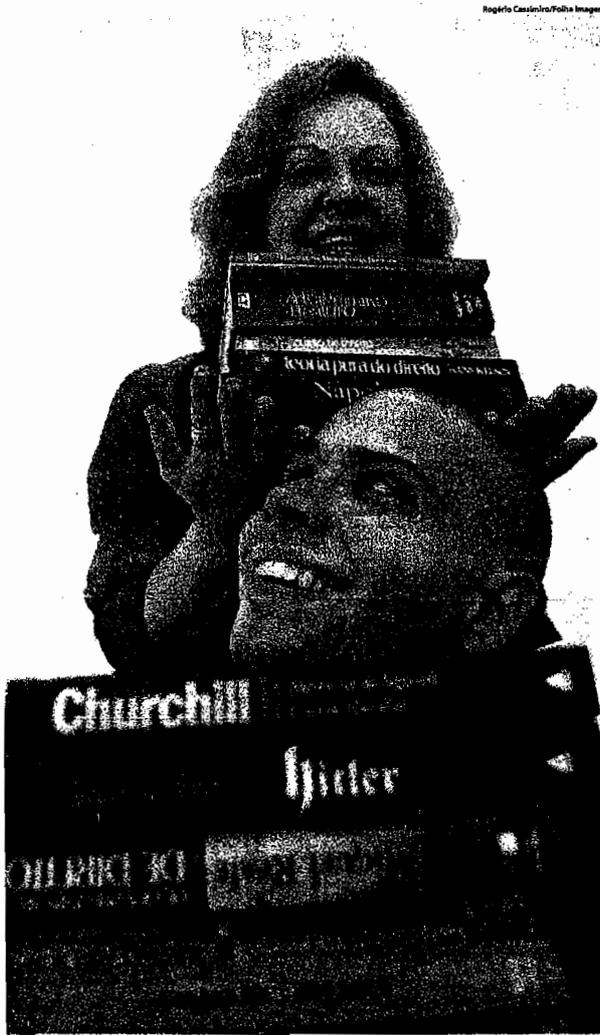
EDUCAÇÃO Número de aprovados da rede particular (73%) é o maior desde 2001; para USP, resultado reflete crise no ensino público

Escola privada amplia domínio na Fuvest

Pais de alunos da rede particular apoiam cotas

DA REPORTAGEM LOCAL

Uma pesquisa nacional do Ibope mostra que 53% dos pais de colégios particulares aceitam que as universidades adotem cotas para alunos das escolas públicas. Ou seja: esses pais aceitam que seus filhos tenham menos vagas no ensino superior público para que haja mais lugares para jovens com condições socioeconômicas piores. Na mesma pergunta, 44% desaprovaram a reserva de vagas e 3% não responderam à questão. A pesquisa foi feita a pedido da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), em dezembro. Foram distribuídos 1.001 questionários, em oito macrorregiões do Brasil, a pais com filhos no ensino básico privado. "A maioria entende que as desigualdades não contribuem em nada para o futuro profissional de seus filhos", diz José Antonio Teixeira, presidente da Fenep. Quando o tema é cotas para negros e índios, a posição é diferente: só 36% apoiam, contra 61% de desaprovção. A advogada Heide Magali Stieiro, 50, cujo filho estudou no colégio Bandeirantes e hoje está na USP, diz ser a favor da adoção de cotas para a escola pública, mas é contra cotas raciais. "O que é preciso são medidas estruturais para melhoria no ensino médio público." A bibliotecária Bárbara Júlia Menezello, 42, tem a filha no terceiro ano do ensino médio do colégio Assunção e admite a implantação de cotas: "Sou favorável para alunos de baixa renda. Mas sou contra as cotas para negros, índios e até para a escola pública. Não é porque a pessoa está na rede pública que ela é pobre." (FE 5H)



A advogada Heide, que é a favor de cotas para estudantes de escola pública, com seu filho Breno

FÁBIO TAKAHASHI
SIMONE HARNIK
DA REPORTAGEM LOCAL

O número de aprovados da rede particular no vestibular deste ano da Fuvest é o maior desde 2001, apesar das iniciativas tomadas pela fundação e pela USP para tentar aumentar a proporção de alunos da escola pública na universidade. No processo seletivo 2006 da Fuvest —que seleciona para a USP, Santa Casa e Academia do Barro Branco—, 73,2% dos chamados para a matrícula fizeram o ensino médio integralmente em colégios particulares. O número é o maior desde 2001, quando foi de 74,1%. Em 2005, ficou em 71,9%. Apesar de a variação percentual no período ser relativamente pequena, isso mostra que as políticas de inclusão social adotadas até agora tiveram pouco efeito. De 2001 para cá, a USP criou um campus na zona leste da capital paulista (inaugurado em 2005), o que aproximou a universidade de uma região de baixa renda. Além disso, a Fuvest aumentou de 10 mil para 65 mil o número de inscrições da taxa de inscrição no vestibular (neste ano, custou R\$ 105, incluindo manual). Com isso, a proporção de inscritos provenientes da escola pública subiu 8,2%, entre os vestibulares 2005 e o 2006. O crescimento, porém, não resultou em mais aprovações desses alunos —houve queda de 7,9%. "A única maneira de explicar esse fenômeno é estimar que o nível da escola pública continua caindo", diz o coordenador da Fuvest, Roberto Costa. Para ele, se forem mantidas as características do processo seletivo, a rede particular continuará prevalecendo nas listas de aprovação. "Como o exame avalia o conteúdo, é difícil mudar o perfil dos aprovados." A universidade possui um grupo de trabalho que analisa a possibilidade de mudar o vestibular. Um relatório foi feito e aguarda votação. Para a pró-reitora de graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, as medidas tomadas até agora pela universidade "estão surtindo efeito, mas o resultado não se faz presente imediatamente". Ela diz ainda que o aumento do ingresso de alunos da escola pú-

blica também é responsabilidade do governo estadual e da comunidade, para que haja uma melhoria na educação pública. "As porcentagens têm sido pequenas também como resultado da desqualificação geral que o ensino sofreu nestes últimos 20 anos." Para a professora de pós-graduação da Faculdade de Educação da PUC-SP Isabel Franchi Cappelletti, o menor índice de aprovação de alunos do sistema público não está relacionado apenas à qualidade dessa rede. "Temos de lembrar que estudantes de escolas públicas não estão acostumados com avaliações como a da Fuvest, ao contrário dos estudantes das particulares." Já a professora de metodologia de ensino da Faculdade de Educação da USP Nidia Nacib Pontuschka diz que "são muitos itens que devem ser considerados, desde a desvalorização da escola pública até o formato do vestibular". Atualmente, 85% dos estudantes do ensino médio do Estado cursam a rede pública, mas em geral eles são menos de 30% dos aprovados na USP. **Cotas** Para Thiago Tobias, assessor da ONG Educafo, a única forma de aumentar a inclusão seria com a adoção de ações afirmativas, como as cotas —medida que a universidade entende que pode baixar seu nível de ensino. "É um contra-senso tremendo. A USP comemora o aumento de alunos carentes fazendo vestibular e os condena à decepção", afirma Tobias. O coordenador do MSU (Movimento dos Sem Universidade), Sérgio Custódio, critica a prova de inglês da Fuvest. "Ela tem um nível de doutorado, sendo que está trabalhando com alunos que possuem nível do verbo 'to be'." Vanessa Cristina de Alvarenga, 20, foi um dos vestibulandos que conseguiram isenção, mas não foram aprovados. "A prova é muito difícil, com coisas próprias pra cursinhos. Tem muitas pegadinhas, é aquela velha decoreba. No fim das contas, é um vestibular que é medido por condições financeiras e exclui de toda a forma os alunos da rede pública." Colaborou DANIELA TÓFOLI, da Reportagem Local



GRADUAÇÃO

IZABEL LEÃO

Máximo apoio aos professores

Valorização da carreira docente, defesa da escola pública, investimento na educação a distância e inclusão social são prioridades da pró-reitora Selma Garrido Pimenta



Selma: em defesa da escola pública

A professora Selma Garrido Pimenta, atual pró-reitora de Graduação, assume sua nova função convicta de que a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade é a principal forma de contribuir para a democratização social. "Nosso compromisso, através da graduação, é de contribuir para ampliar a importância da USP no que se refere ao seu significado social na formação de pesquisadores e de profissionais, na produção e difusão do conhecimento, no País e no exterior", ressalta.

A partir desse compromisso, alguns grandes programas deverão ser implementados durante os dois anos iniciais de seu mandato, de forma integrada e complementar. O primeiro deles é a busca pela melhoria da graduação, a partir da valorização do trabalho docente, começando com acolhimento de qualidade para que os alunos tenham melhores condições para aprender. Selma aponta a importância da pesquisa para o aprendizado na graduação. Hoje os alunos têm à disposição o programa de Iniciação Científica apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa deve ter uma ampliação significativa no número de bolsas de iniciação, a partir da própria Universidade.

Outra prioridade é dar maior apoio para a melhoria dos laboratórios, das salas-ambiente e da infra-estrutura de informática, ajudando a elevar a qualidade da aprendizagem, além de maior aquisição de livros, aprimorando as bibliotecas e as midiatecas. "Há algumas unidades que necessitam da ampliação do número de exemplares da bibliografia básica para que os alunos possam acessá-las sem dificuldade", diz a professora.

A utilização de todas as redes de informática existentes na USP para a comunicação entre as unidades é outra perspectiva de melhoria da graduação. A intenção da pró-reitora é ampliar os suportes para as videoconferências, além de outras iniciativas que possibilitem aos alunos das diversas unidades e áreas ter uma formação multidisciplinar, podendo cursar disciplinas em outra unidade que não a de seu curso de origem. "Quero incentivar uma cultura interunidades, de forma que os alunos participem de seminários e conferências, presencialmente ou não, nas áreas de Humanas, Exatas e Tecnológicas", explica.

Selma Garrido buscará fortalecer os Grupos de Apoio Pedagógicos (GAPs), as propostas e programas para experimentação de novas formas de organização curricular e novas formas de ensino na Universidade. Entre as alternativas estão uma nova organização departamental e não-departamental, novos modelos pedagógicos para o ensino noturno, presencial e não-presencial, além de ações referentes à supressão da evasão, ao desenvolvimento profissional e acadêmico dos docentes e à valorização da iniciação científica pelos professores recém-doutores.

Os docentes, por sinal, também são prioridade da pró-reitora. Para ela, é importante que os professores recebam o máximo apoio no desenvolvimento profissional e acadêmico, assim como para a reestruturação curricular das unidades, e maior utilização da educação a

distância no âmbito das próprias unidades, com suporte de apropriação das mídias tecnológicas para a relação docente e discente. Selma Garrido entende que a atividade docente na graduação merece ser mais valorizada.

Inclusão social - A internacionalização da graduação é outro tema da pauta de propostas. "Já temos algumas iniciativas em curso, e queremos verificar, dentro de várias unidades onde se faz necessária, e possível, uma relação de graduação com outros países, no que se refere à obtenção de diplomas de graduação. Procuraremos manter uma posição muito clara de não-colonização, ou seja, pensando maneiras para que nossos alunos possam cursar disciplinas no exterior de

forma que tenham compromisso de retorno ao Brasil", explica. A professora entende ainda que o tema da internacionalização da USP deve ser objeto de ação conjunta das Pró-Reitorias. Segundo Selma Garrido, será mantido um intenso diálogo com os estudantes, por meio dos seus órgãos constituídos e também no contato direto, para recebimento das demandas e discussão de soluções em conjunto.

O outro programa trata da articulação da Universidade com a sociedade, no qual estão inseridos o sistema público de ensino e a inclusão social. São programas de médio e longo prazo que pretendem ampliar e melhorar a formação de quadros profissionais para os sistemas públicos nas diversas áreas, com vistas a fortalecer as

relações já existentes e a lhes dar maior visibilidade.

No que se refere à inclusão social, conforme meta da Reitoria, pretende-se ampliar significativamente a participação de alunos oriundos do sistema público no vestibular e desenvolver programas que favoreçam a permanência dos estudantes de baixa renda. A Pró-Reitoria já vem desenvolvendo estudos para subsidiar propostas a serem debatidas e implantadas na Universidade. Também estão sendo realizados estudos sobre o vestibular, com avaliação da experiência acumulada da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest).

Ampliação - Já em processo de implementação, o Programa de Formação de Professores procura investir no fortalecimento das unidades que atuam na formação docente e no estabelecimento de convênios com os sistemas públicos de ensino para a realização de estágios curriculares. Segundo Selma Garrido, a importância desse programa está no fortalecimento e na valorização da formação de professores da USP, como também de seus alunos estagiários. "Procuraremos estabelecer convênios com as redes públicas de ensino para receber os nossos estagiários. Esse estágio se dará de forma orgânica e organizada a partir de um projeto conjunto das unidades da Universidade e das escolas. Dessa forma os alunos compreenderão melhor a escola pública e o professor estará tendo uma formação contínua", diz. "Daremos preferência por um estágio remunerado tanto para os alunos como para os professores." A obtenção das verbas ainda está em estudo, sendo possível a negociação com as próprias Secretarias de Educação. "Também podemos buscar recursos nas agências de financiamento, por exemplo, dentro da linha de valorização do ensino público da Fapesp", ressalta a pró-reitora.

O outro programa volta-se para a política de ampliação de vagas. Selma procurará definir critérios qualitativos para uma proposta de ampliação, combinando ofertas da USP com demandas sociais para áreas emergentes do conhecimento e do mundo do trabalho. "Precisamos ter cuidado para ampliar vagas a partir de demandas imediatas do mundo do trabalho porque essa é uma área muito dinâmica, diferente da perenidade exigida pela academia. Mas existem os cursos *lato sensu* que podem se dirigir para esses segmentos", aponta.

A educação a distância será um outro mecanismo para a ampliação de vagas, interna e externamente, a partir de convênios com outras universidades do País e do mundo. "Não queremos fechar os olhos para o avanço tecnológico que propicia a educação a distância, mas ao mesmo tempo não aceitaremos qualquer proposta. Entendo que a USP tem que acatar as novidades sempre com a preocupação de, ao mesmo tempo em que desenvolve o ensino da graduação a distância, pesquisar sobre ele e avaliar os resultados dessas experiências", defende a professora. Uma das metas, ressalta, é prosseguir na implementação de um curso de graduação a distância para formação de professores de ciências e a verificação de outras áreas em que seria possível implantá-la.



Rede pública pode ter bônus na USP

VESTIBULAR Se proposta for aprovada, alunos receberão aumento de 3% na nota; número de questões deve diminuir

O QUE PREVÊ O PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DA USP?

Veja os principais trechos do projeto e o que muda na universidade

Mudanças no vestibular

- Dar bônus de 3% na nota da primeira e da segunda fase do vestibular para alunos que concluíram o ensino médio em escola pública
- Reduzir de 100 para 90 o número de questões na primeira fase. Dez questões deverão ter caráter interdisciplinar
- Introduzir o sistema de avaliação em escolas públicas

Ações antes do vestibular

- Realizar parcerias com escolas públicas para programas em laboratórios, exercícios, plantão de dividas. A USP também dará vagas aos professores da rede pública em todas as disciplinas de graduação
- Bolsas e créditos poderão ser concedidos a alunos de graduação e de pós-graduação da USP que participarem das atividades em escolas públicas
- Apoiar cursinhos comunitários
- Aumentar o número de vagas nos cursos noturnos
- Aumentar a divulgação da USP na escola pública

Ações depois do ingresso

- Criar um fundo de bolsas da USP
- Implementar um programa de tutoria acadêmica, com professores orientando os estudantes

FRASE

O projeto deveria levar em conta também o fator racial. A USP não pode estar em desintonia com a sociedade. O Brasil todo está reverendo a posição do negro

FRIEDMAN

diretor-executivo da Educatro

Entidades consideraram medida 'tímida'

DA REPORTAGEM LOCAL

Para ativistas e representantes estudantis, o projeto de inclusão da USP é insuficiente. De acordo com eles, a proposta ignora critérios étnicos e raciais e o bônus de 3% aos estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública é uma medida muito "tímida".

Para Frei David, diretor-executivo da Educatro (ONG que pede a inclusão de afrodescendentes nas instituições de ensino), a ação da USP deveria ser mais incisiva. "O projeto deveria levar em conta também o fator racial. A USP não pode estar em desintonia com a sociedade. O Brasil todo está reverendo a posição do negro", disse.

"Um dos problemas que apontamos é que o documento não dá nenhuma importância para a

questão étnica. Não é nenhuma se-

gredo que os índios e os negros estão fora da universidade, injustiça que se agrava nos cursos mais concorridos e que merece propostas específicas", afirmou o Diretor Central dos Estudantes da USP por meio de nota.

Na Unicamp, o programa de ação afirmativa confere pontos no vestibular para estudantes afrodescendentes ou indígenas que tenham cursado o ensino médio em escola pública.

Para o coordenador-executivo da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares), Leandro Tessier, a componente étnica é importante no processo de seleção. "Defendi essa posição na Unicamp e o Conselho Universitário achou importante considerar a diversidade na instituição",

afirmou.

Além do pacote de medidas para o ingresso, o programa da USP trata da permanência do estudante na universidade e sugere medidas como a criação de um fundo de bolsas e ampliação dos auxílios de moradia e trabalho.

O programa menciona ainda outras ações, como o aumento da oferta de vagas de cursos noturnos, para que o estudante possa trabalhar durante o dia e o apoio a cursinhos comunitários. Também se estuda a possibilidade de parcerias com escolas públicas, onde os estudantes da USP farão estágio, recebendo bolsas ou acumulando créditos.

Para os docentes da rede pública, o programa pretende oferecer vagas em todas as disciplinas da graduação.

SIMONE HARNIK
FABIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

A Universidade de São Paulo quer dar um bônus de 3% na nota do vestibular dos estudantes que realizaram o ensino médio em escola pública. A medida é a principal alteração no maior processo seletivo do país — cerca de 160 mil inscritos no ano passado — e faz parte de um pacote de propostas de inclusão social.

As alterações serão votadas na terça, na reunião do Conselho Universitário, e, se aprovadas, passarão a valer para o próximo vestibular. A reitora da USP, Stely Vilela, ganhou as eleições usando como bandeira a inclusão social, por isso o pacote de propostas é a ação mais aguardada da gestão.

De acordo com o programa de inclusão social, intitulado "Inclusão", os estudantes de escolas públicas receberão o bônus na

primeira e na segunda fase do vestibular. No documento oficial que deve ser votado, os cálculos apontam que a medida aumentará de 23,6% para 30% o número de alunos que terminaram o ensino médio em escola pública no total dos ingressantes da universidade.

Atualmente, 85% dos estudantes do ensino médio do Estado cursam a rede pública, mas em geral eles são menos de 30% dos aprovados na USP. No último vestibular, 73,2% dos ingressantes cursaram o ensino médio integralmente em escola particular.

Outra alteração prevista para o próximo vestibular é a redução do número de questões da primeira fase. Os cem testes deverão ser reduzidos a 90, e o tempo de prova — que é de cinco horas — será mantido. Além disso, dez das perguntas deverão ter "caráter interdisciplinar", ou seja, deverão relacionar disciplinas — como acontece no Enem (Exame Nacional

do Ensino Médio), considerado mais fácil pelos candidatos.

Também será votada a adoção de um sistema de avaliação seriada. As escolas públicas que aderirem ao programa da USP aplicarão uma prova ao final de cada ano do ensino médio. A pontuação obtida pelo estudante poderá ser somada com o bônus de 3% por ele ser de escola pública.

A avaliação seriada não tem um formato definido ainda, por isso será discutida por um grupo de trabalho. Mas a proposta da avaliação seriada é definida como "emergencial e experimental".

O conteúdo abordado no vestibular da USP também foi alvo de discussões. A longo prazo, o programa pretende reduzir o programa cobrado de cada disciplina, além de formular questões que privilegiem "o raciocínio, a associação dos conhecimentos, a interdisciplinaridade, a compreensão dos problemas e sua solução".

INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA

A BOA NOTÍCIA é que, ao elaborar seu programa de inclusão de alunos carentes, a Universidade de São Paulo felizmente escapou da armadilha das cotas raciais. Em vez de optar por esse sistema equivocada, o Inlusp, como foi batizado, deverá criar mecanismos para que o corpo discente da universidade receba um número maior de alunos formados na rede pública.

A execução da nova política ainda depende de decisão do Conselho Universitário. Ao menos no papel, contém medidas que podem significar avanços na democratização da universidade e merecem ser testados. Esse é o caso de propostas como a que prevê o aumento de vagas de cursos noturnos, os quais permitem que alunos trabalhem enquanto fazem faculdades, a criação de bolsas para estudantes carentes e de um programa de tutoria acadêmica, no qual professores deverão orientar esses alunos.

O mesmo não pode ser dito de algumas outras medidas previstas que

recaem flagrantemente no que se convencionou chamar eufemisticamente de “discriminação positiva”. Exemplos disso são propostas como a que determina concessão de bônus de 3% nas notas da primeira e da segunda fase do vestibular e da introdução do sistema de avaliação seriada apenas para estudantes da rede pública, entre outras.

Alternativas como essa apenas buscam corrigir um erro —a desigualdade de condições entre alunos de baixa renda e os demais—, substituindo-o por outro. A necessidade de democratizar o ingresso na universidade é evidente. Prova disso é o fato de que 85% dos estudantes do ensino médio do Estado de São Paulo cursam a rede pública. Mesmo assim, eles representam menos de 30% do corpo discente da USP.

A correção dessa distorção é urgente. Em nenhum momento, porém, deve-se perder de vista que os processos de seleção devem eleger o mérito como critério de admissão e buscar os melhores alunos.

Cliente: USP
Veículo: FOLHA DE S. PAULO
Cidade: SÃO PAULO
Data: 23/05/06
Coluna: COTIDIANO
Página: C - 6
Cód.: 1503319

Maior isenção na Fuvest não amplia ingresso de alunos de baixa renda

No último vestibular, nº de isentos cresceu 12%, mas o de aprovados se manteve

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

No último vestibular da Fuvest, quantidade não significou qualidade: enquanto o número de candidatos isentos da taxa de inscrição aumentou 12%, esses alunos permaneceram no patamar de 6% do total de aprovados. Em números absolutos, foram convocados 950 dos estudantes beneficiados.

As isenções são dadas a candidatos de baixa renda, em geral, provenientes das escolas públicas. O benefício vem sendo uma das principais medidas para promover inclusão social na USP, cujo processo seletivo é aplicado pela Fuvest.

Hoje, a universidade vota um projeto específico sobre o tema, que inclui até bônus para estudantes da rede pública.

"Tudo indica que esses novos candidatos isentos não estão preparados para o exame", afirmou Roberto Costa, um dos coordenadores da prova.

No último processo seletivo, 47 mil dos 170 mil candidatos inscritos fizeram o exame com isenção da taxa. Em 2005, fo-

ram 39,5 mil beneficiados. O número de vagas oferecidas aumentou 3% no mesmo período.

Apesar do crescimento no número de isentos, sobraram 18 mil benefícios. A taxa custava R\$ 105, incluindo o manual do candidato. Devido a essa diferença, a Fuvest decidiu manter, sem ampliar, o número de isenções para o próximo exame, para ingresso em 2007.

Os critérios para os candidatos obterem a isenção ainda não foram divulgados.

O coordenador da ONG Educafro, frei David Santos, diz que não houve melhora no desempenho dos isentos pois a Fuvest tornou "propositadamente" mais difícil a última prova.

"Fico me perguntando se não há uma máfia com os cursinhos particulares, que exploram comercialmente os índices de aprovação", disse Santos.

O coordenador do MSU (Movimento dos Sem Universidade), Sérgio Custódio, concorda que o nível do vestibular dificulta o acesso de candidatos de baixa renda. A Fuvest afirma que a oscilação na dificuldade no exame não é proposital.

USP vota hoje bônus para vestibulando

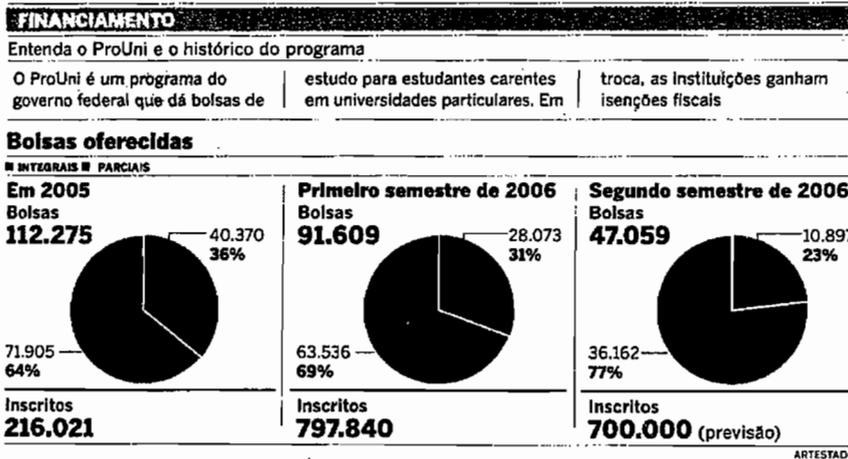
DA REPORTAGEM LOCAL

O Conselho Universitário da USP vota hoje um projeto de inclusão social, que visa aumentar o número de alunos de baixa renda na instituição. Uma das medidas a serem analisadas é um bônus de 3% na nota desses estudantes. Se aprovadas, as mudanças valerão já para o próximo processo seletivo.

Segundo o projeto, os cálculos apontam que o bônus aumentará de 23,6% para 30% o número de alunos que estudaram em escola pública no total dos calouros.

Outra mudança é a redução de cem testes para 90. O tempo de prova (cinco horas) será mantido.

OESP: 23/05/06



USP decide hoje projeto que muda o vestibular

... O novo projeto de inclusão de alunos pobres na Universidade de São Paulo (USP) será votado hoje pelo Conselho Universitário, órgão máximo da instituição. A expectativa na reitoria é de que ele seja aprovado. O conselho é presidido pela reitora Suely Vilela e fazem parte ainda todos os diretores de unidades da USP, representantes de professores, de alunos e de funcionários. São cerca de 120 pessoas.

Se aprovado, o projeto mudará principalmente o vestibular da Fuvest, o maior e mais concorrido do País. Em vez de cotas, a reitoria da USP propõe um acréscimo de 3% na nota do exame para estudantes de escolas públicas. Cria também um sistema de avaliação seriada, que permitirá que alunos da rede pública façam provas ao fim de cada ano do ensino médio. As notas seriam incorporadas à Fuvest.

A intenção da reitoria é aprová-lo neste mês para que as mudanças já sejam válidas no vestibular deste ano. O manual do candidato deve ficar pronto em junho. A estrutura da prova também seria outra: as atuais 100 questões seriam substituídas por 90, sendo 10 delas interdisciplinares. O projeto, chamado de Inclusp, também prevê ajuda ao aluno carente que ingressar na universidade. ● RENATA CAFARDO

mo funciona e se realmente podem obter uma bolsa, mas isso retarda o processo e alguns que pretendem fazer o curso acabam por começar o semestre atrasados por terem de refazer os passos para ocupar essas vagas não preenchidas", disse.

A maior parte das bolsas, 35.162, é integral. O restante são bolsas parciais, de 50% do valor da mensalidade. Somando as duas seleções deste ano, o ProUni terá 138 mil bolsas em 2006. Para se candidatar às integrais, o estudante deve ter renda de até R\$ 525 por pessoa da família. Para as parciais, o limite de renda é de R\$ 1.050 per capita. Todos os candidatos precisam ter feito o ensino médio em escolas públicas ou em particulares com bolsas integrais. Também podem concorrer professores das redes públicas de ensino que nunca tenham feito uma faculdade.

O ministério também negou que esteja havendo problemas com transferências de alunos que já estão no programa, como chegou a ser divulgado. A União Nacional dos Estudantes (UNE) tem uma lista de 34 estudantes que estão tendo problemas de transferência, mas, de acordo com Haddad, essa é uma minoria. Outras 15 mil transferências teriam sido feitas sem problemas, sendo cerca de 14 mil para cursos diferentes na mesma instituição e o restante, para outras faculdades. ●

VIDA &

INCLUSÃO SOCIAL

USP aprova facilidades para alunos da rede pública na Fuvest

Eles ganharão 3% a mais de pontos e devem chegar a 30% dos aprovados

Renata Cafardo

A Universidade de São Paulo (USP) aprovou ontem a maior mudança da história de seu vestibular. A partir deste ano alunos de escolas públicas ganharão 3% a mais de pontos na sua nota na primeira e na segunda fase da Fuvest. Com isso, estima-se que ingressariam cerca de 600 estudantes da rede pública a mais na USP, o que equivale a 30% dos aprovados. As inscrições para o vestibular começam em agosto. Na última prova, participaram cerca de 170 mil candidatos.

O projeto, chamado Inclusp, foi votado pelo Conselho Universitário ontem à tarde e teve 79 manifestações a favor, 2 contra e 6 abstenções. Pela manhã, cerca de 100 integrantes da ONG Educafro, que oferece cursinhos comunitários para negros e carentes, invadiram a reitoria. Portas foram quebradas e dois integrantes da Guarda Universitária ficaram feridos.

Com sangue, um manifestante escreveu na porta que dava acesso à reunião do conselho "cotas já". "Foi um ato de indignação do povo pobre e negro", disse o coordenador da Educafro, Eduardo Pereira Neto. Eles reivindicavam que o projeto fosse ampliado. O protesto só acabou quando



REVOLTA - Protesto termina com portas quebradas e pessoas feridas

a reitoria se comprometeu a estudar o assunto.

O projeto aprovado dará o benefício a estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública. "O ideal seria chegarmos a 50% de alunos de escolas públicas na USP", disse a reitora Suely Vilela. Segundo ela, a universidade rejeita a idéia de um sistema de cotas e preferiu fazer "inclusão com mérito acadêmico". A USP informou que "foram feitos estudos" para se chegar aos 3% de bônus, mas não detalhou como esse número foi determinado.

O número de questões da prova cairá de 100 para 90, mantendo o mesmo tempo de cinco horas. "É algo que ajuda alunos de escolas públicas e particulares", disse a reitora. Algumas das questões serão interdisciplinares, mas não está definido quantas. A idéia é que o exame se torne menos conteudista e cobre competências como relacionar conhecimentos, analisar contextos e comparações.

Uma avaliação seriada, com provas no fim de cada ano do ensino médio público e notas incorpo-

radas à Fuvest, também está prevista no projeto, mas só deve começar em 2007. Este ano, as provas serão em 26 de novembro. Haverá 10.202 vagas na USP, sendo que 3.602 no período noturno. O aumento de cursos à noite também está previsto no documento. O Inclusp prevê bolsas para os estudantes carentes e incentivo à iniciação científica.

Os integrantes do conselho que representam o Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE) se abstiveram de votar o projeto porque não concordam com alguns pontos e defendem um bônus maior, inclusão de negros e um recorte socioeconômico dos beneficiados.

A medida foi bem recebida por diretores dos cursinhos Etapa, Anglo e Objetivo. "As ações mostram a sabedoria da universidade em não fazer nada de forma descontrolada. É o mesmo raciocínio que a Unicamp adotou", diz Carlos Eduardo Binde, diretor do Etapa. "A USP está fazendo a parte dela, mas o governo deveria melhorar o ensino público, para o aluno não precisar dessa esmola", afirma Eduardo Figueiredo, do Objetivo. ●
COLABOROU: SIMONE IWASSO

BENEFÍCIO > Carentes vão ganhar 3% a mais de pontos

Vestibular USP: bônus a aluno de escola pública

RENATA CAFARDO
renata.cafardo@grupoestado.com

A Universidade de São Paulo aprovou ontem a maior mudança da história de seu vestibular. A partir deste ano alunos de escolas públicas ganharão 3% a mais de pontos na sua nota na primeira e na segunda fase da Fuvest. Com isso, estima-se que ingressariam cerca de 600 estudantes da rede pública a mais na USP, o que equivale a 30% dos aprovados. As inscrições para o vestibular começam em agosto. Na última prova, participaram cerca de 170 mil candidatos.

O projeto, chamado Inlusp, foi votado pelo Conselho Universitário ontem à tarde e teve 79 manifestações a favor, 2 contra e 6 abstenções. Pela manhã, cerca de 100 integrantes da ONG Educafro, que oferece cursinhos comunitários para negros e carentes, invadiram a Rei-

toria. Portas foram quebradas e dois integrantes da Guarda Universitária ficaram feridos.

Com sangue, um manifestante escreveu na porta que dava acesso à reunião do conselho "cotas já". "Foi um ato de indignação do povo pobre e negro", disse o coordenador da Educafro, Eduardo Pereira Neto. Eles reivindicavam que o projeto fosse ampliado. O protesto só acabou quando a Reitoria se comprometeu a estudar o assunto.

O projeto aprovado dará o benefício a estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública. "O ideal seria chegarmos a 50% de alunos de escolas públicas na USP", disse a reitora Suelly Vilela. Segundo ela, a universidade rejeita a ideia de um sistema de cotas e preferiu fazer "inclusão com mérito acadêmico". Este ano, as provas serão a 26 de novembro.

PROTESTO
Manifestantes chegaram a invadir prédio da Reitoria

USP aprova bônus para aluno da rede pública na Fuvest

Candidato terá 3% a mais na pontuação na 1ª e na 2ª fase do vestibular para cursos com ingresso no ano que vem

Número de testes cairá de 100 para 90 na primeira etapa do processo seletivo, que também cobrará questões interdisciplinares

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

A USP aprovou ontem um pacote de mudanças em seu vestibular, o maior do país, para que aumente o ingresso de alunos do ensino médio público na universidade. A maior alteração será a concessão de um bônus de 3% para esses estudantes, tanto na primeira quanto na segunda fase, já no próximo processo seletivo.

Além disso, a prova terá menos questões e algumas delas serão interdisciplinares — alterações que atingem diretamente tanto candidatos da rede pública quanto da particular.

No último vestibular, 24% dos aprovados eram provenientes do sistema público, que responde, atualmente, por 85% das matrículas do Estado. É devido a essa discrepância que a instituição decidiu alterar seu processo seletivo, que no ano passado teve 170 mil inscritos.

De acordo com as simulações feitas pela USP, o número de aprovados de escolas públicas subirá para 30% com o bônus. Em números absolutos, serão cerca de 600 estudantes a mais dessa rede na instituição, por vestibular. No último exame, foram 2.456. A universidade afirma que a bonificação será dada para que sejam convocados vestibulandos de escola pública

que não foram aprovados por poucos pontos — não foi detalhada qual é essa margem.

“A USP buscou articular o mérito acadêmico com a inclusão social. Por isso decidimos não implementar simplesmente uma política de reserva de vagas [cotas]”, disse a reitora da universidade, Suely Vilela. O projeto foi elaborado por professores de diversas unidades da própria instituição.

Outra alteração já na próxima prova será o menor número de questões na primeira fase, que cairá de 100 para 90. “Assim, os alunos terão mais tempo para resolver a prova”, disse a pró-reitora de graduação, Selma Garrido Pimenta. Além disso, algumas perguntas do exame exigirão conhecimentos de mais de uma disciplina, modelo parecido com o do Enem.

A USP aprovou também a realização de provas ao final de cada série do ensino médio público. Os resultados serão considerados na nota do vestibular. A medida, porém, não tem data para começar.

“Infelizmente, o percentual do bônus é baixo. Mas ficamos felizes porque é a primeira vez que a universidade pensou em fazer alguma coisa para promover a inclusão”, disse o coordenador da ONG Educafro, Eduardo Pereira Neto.

Na reunião em que foi aprovado o chamado Inclusp, houve confusão. Cerca de cem integrantes de movimentos sociais invadiram a reitoria, quebrando portas de vidro. Dois guardas e um manifestante se cortaram levemente com estilhaços.

Cursinhos elogiam mudanças

DANIELA TÓPOLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Diretores e coordenadores de cursinhos aprovaram as novidades da Fuvest e garantem que nada muda para os estudantes.

“A redução do número de questões é positiva porque os alunos terão mais tempo para resolvê-las”, afirma Eduardo Figueiredo, do Objetivo. “E a inclusão das questões interdisciplinares não é grande novidade porque os estudantes já estão acostumados com elas.” A maioria participa do Enem, que usa esse tipo de pergunta.

Alberto Francisco do Nascimento, do Anglo, é crítico em relação ao bônus de 3% para estudantes da rede pública. “É uma pequena esmola. Em vez de dar um ensino de boa qualidade, o governo propõe esse bônus.”

Já o diretor do Etapa, Carlos Eduardo Bindi, considera positiva a cautela que a USP teve ao adotar o bônus. “Eles não exageraram na porcentagem e, assim, não provocarão uma reviravolta no vestibular”, disse.



Manifestantes invadem reitoria da USP; vidros foram quebrados, e três acabaram feridos

O QUE MUDA NO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DA USP

VESTIBULAR

- » Haverá bônus de 3% na nota da 1ª e da 2ª fase para alunos da rede pública
- » Baixará de 100 para 90 o número de questões na 1ª fase. Algumas questões deverão ter caráter interdisciplinar
- » Será introduzido um sistema de avaliação seriada nas escolas públicas. Não há data prevista para a implantação

ANTES DO INGRESSO

- » Haverá parcerias com escolas públicas para programas em laboratórios e plantão de dúvidas. A USP também dará vagas a professores da rede pública em todas as disciplinas de graduação
- » Bolsas e créditos poderão ser concedidos a alunos de graduação e de pós-graduação da USP que participarem das atividades em escolas públicas

CURSINHOS

- » Cursinhos serão apoiados
- » Aumentará o número de vagas nos cursos noturnos
- » Aumentará a divulgação da USP na escola pública

DEPOIS DO INGRESSO

- » Será criado um fundo de bolsas da USP
- » Haverá um programa de tutoria acadêmica, com professores orientando os estudantes

S.P.AULO Agora

USP aprova bônus para aluno de rede pública

BONIFICAÇÃO VALERÁ NA PRIMEIRA E NA SEGUNDA FASE DO VESTIBULAR DA USP. OBJETIVO É AUMENTAR O NÚMERO DE APROVADOS DE ESCOLAS PÚBLICAS

A USP aprovou ontem um pacote de mudanças em seu vestibular para que aumente o ingresso de alunos do ensino médio público na universidade. A maior alteração será a concessão de um bônus de 3% para esses estudantes,

tanto na primeira quanto na segunda fase, já no próximo processo seletivo. Além disso, a prova terá menos questões e algumas delas serão interdisciplinares — alterações que atingem diretamente tanto candidatos da rede pública

quanto da particular.

No último vestibular, 24% dos aprovados eram provenientes do sistema público, que responde, atualmente, por 85% das matrículas do Estado. É devido a essa discrepância que a instituição decidiu alterar seu processo seletivo, que no ano passado teve 170 mil inscritos.

De acordo com as simulações feitas pela USP, o número de aprovados de escolas pú-

blicas subirá para 30% com o bônus. Em números absolutos, serão cerca de 600 estudantes a mais dessa rede na instituição, por vestibular. No último exame, foram 2.456. A universidade afirma que a bonificação será dada para que sejam convocados vestibulandos de escola pública que não foram aprovados por poucos pontos — não foi detalhada qual é essa margem.

"A USP buscou articular o

mérito acadêmico com a inclusão social. Por isso decidimos não implementar simplesmente uma política de reserva de vagas [cotas]", disse a reitora da universidade, Suely Vilela. As mudanças foram aprovadas pelo Conselho Universitário com 79 votos a favor, 2 contra e 6 abstenções. O projeto foi elaborado por um grupo de professores de várias unidades da USP.

Outra alteração já na próxi-

ma prova será o menor número de questões na primeira fase, que cairá de 100 para 90. "Assim, os alunos terão mais tempo para resolver a prova", disse a pró-reitora de graduação, Selma Garrido Pimenta. Além disso, algumas perguntas do exame exigirão conhecimentos de mais de uma disciplina, modelo parecido com o do Enem. Não está definido quantas questões terão esse caráter.

(SP)

Alunos de escola pública terão bônus de 3% na USP

Gratificação nas notas faz parte do programa de inclusão aprovado ontem pelo Conselho Universitário. Medida começa a valer no vestibular 2007

LUCIANE SCARAZZATI

Os alunos que cursaram todo o ensino médio na rede pública terão bônus de 3% nas notas do vestibular para ingresso na Universidade de São Paulo

(USP) a partir deste ano. A medida faz parte do Programa de Inclusão Social (Inclusp) aprovado ontem pelo Conselho Universitário. O Inclusp também prevê a redução do número de questões do vestibular de 100 para 90. Algumas delas serão interdisciplinares. Os professores da USP, porém, não detalharam esse assunto. O tempo da prova, de cinco horas, continua o mesmo. A estimativa dos conselheiros é de que 600 candidatos sejam beneficiados com o bônus. "Esse percentual vai incluir aqueles alunos que ficam próximos à nota de corte", disse a reitora Suelly Vilela. No ano passado, a Fuvest (que aplica o vestibular) recebeu 170 mil inscrições para as 9.957 vagas da USP. Entre os aprovados, 2.400 cursaram o ensino médio na rede pública.



KENY ANDRADE/FOLHA IMAGEM

Prova anual será estudada

Algumas propostas do Programa de Inclusão Social (Inclusp) aprovado ontem pela USP não sairão do papel neste ano. É o caso da Avaliação Seriada, que consiste na aplicação de provas no final de cada ano do ensino médio nas escolas públicas. A pontuação será somada à nota do vestibular.

Segundo a reitora da instituição, Suelly Vilela, um grupo de trabalho irá estudar a melhor maneira de aplicar essa avaliação. "A idéia é ajudar na melhoria do ensino médio", afirma a educadora. "Vamos nos esforçar para que possamos usá-la em 2008."

O programa também inclui o intercâmbio entre as universidades e as escolas públicas, para aperfeiçoamento dos professores e dos cursos, e a criação de um fundo de bolsas para beneficiar alunos de baixa renda. Ainda não foi definido, porém, de onde virão os recursos para esse fundo.

Representantes do Diretório Central dos Estudantes criticaram a possibilidade de a iniciativa privada enviar verbas. Outra medida que será planejada pelo grupo de trabalho é o aumento de vagas nos cursos noturnos, para atender aos alunos que trabalham durante o dia. Por enquanto, a mudança é tímida. Houve acréscimo de

250 vagas oferecidas pela USP para o vestibular 2007, em relação a 2006. Oitentá são para os cursos realizados à noite.

Cliente: USP
Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA
Cidade: BRASÍLIA
Data : 24/05/06
Coluna: BRASIL
Página: 16
Cód.: 1507784

Bônus para alunos de escola pública

A Universidade de São Paulo (USP) aprovou ontem a maior mudança da história de seu vestibular. Agora os alunos de escolas públicas ganharão 3% a mais de pontos na sua nota na primeira e na segunda fases da Fuvest. Com isso, estima-se que ingressarão cerca de 600 estudantes da rede pública a mais na USP, o que equivale a 30% dos aprovados. As inscrições para o vestibular começam em agosto. Na última prova, participaram cerca de 170 mil candidatos.

O projeto, chamado Inclusp, foi votado pelo Conselho Universitário e teve 79 manifestações a favor, duas contra e seis ausências. O Inclusp prevê bolsas para os estudantes carentes que passarem no vestibular e incentivo à iniciação científica.

Pela manhã, cerca de 100 integrantes da ONG Educafro, que mantém cursinhos comunitários para negros e carentes, invadiram a reitoria. Portas foram quebradas e dois integrantes da Guarda Universitária ficaram feridos. Com sangue, um manifestante escreveu na porta que dava acesso à reunião do conselho "cotas já".

"Foi um ato de indignação do povo pobre e negro", disse o coordenador da Educafro, Eduardo Pereira Neto. Os manifestantes reivindicavam que o projeto fosse ampliado e desse 10% de bônus para estudantes carentes, além de contemplar também os negros. (Agência Estado)

A concessão da USP

Pressionada por movimentos sociais e pelo governo federal, por resistir à adoção de cotas para alunos pobres e negros, a Universidade de São Paulo (USP) acaba de fazer uma concessão aos defensores de políticas de ação afirmativa no ensino superior, mudando os critérios de aprovação de seu vestibular. Chamada de "Inclusp", a proposta de se promover "inclusão com mérito acadêmico" foi aprovada pelo Conselho Universitário por 79 votos contra 2 e 6 abstenções e será posta em prática já no próximo processo seletivo.

O vestibular da USP é o mais concorrido do País, tendo as provas de 2005 sido disputadas por 170 mil candidatos. Para o próximo exame, a instituição oferecerá 6.600 vagas no período diurno e 3.602 no período noturno. O novo critério concede pontos adicionais aos vestibulandos egressos da rede pública de ensino básico. Segundo a proposta aprovada pelo Conselho Universitário, o bônus será de 3% da nota e valerá nas duas primeiras fases do vestibular. Isso significa que se um candidato favorecido por essa medida acertar 50 questões, em vez de 50 pontos ele ficará com 51,5.

O projeto também prevê a criação, em 2007, de um sistema de avaliação seriada, por meio do qual as notas obtidas pelos alunos da rede pública durante o ensino médio serão levadas em conta pela Fuvest. Além disso, o projeto mantém as cinco horas de duração da prova da primeira fase, mas reduz as questões de 100 para 90 e determina que 10 delas sejam de caráter interdiscipli-

nar. Segundo os autores desta inovação, o atual vestibular "privilegia o acúmulo quantitativo da informação e não o potencial intelectual e criativo dos candidatos". A idéia é que os vestibulandos demonstrem capacidade de relacionar conhecimentos e de analisar diferentes contextos.

A redução das questões foi bem recebida pelos diretores de escolas e cursinhos, uma vez que dá mais tempo para que os estudantes possam respondê-las. As perguntas de caráter interdisciplinar também não constituem novidade, pois já são exigidas no Enem. O pon-

A alternativa da USP ao sistema de cotas nos cursos superiores

to polêmico está na concessão do bônus de 3%. Segundo a reitora Suely Vilela, esse porcentual foi calculado para elevar de 20% para 30% o número de ingressantes da USP oriundos da rede escolar pública. "A USP articulou o mérito acadêmico com inclusão social. Por isso, decidimos não implementar uma política de cotas", diz ela.

A iniciativa vai criar situações de injustiça, pois prejudicará alunos que trabalham de dia para poder estudar em bons colégios particulares à noite. "Acho uma injustiça. Vamos incluir uns e excluir outros. Há alunos pobres em escolas privadas também", afirma a professora Cláudia Peixoto, que representa o Instituto de Matemática e Estatística no Conselho de Graduação e

votou contra o projeto. "A USP está fazendo a parte dela, mas o governo deveria melhorar o ensino público, para o aluno não precisar dessa esmola", é a opinião de Eduardo Figueiredo, do Objetivo.

A concessão feita pela USP em nome da "inclusão social", como alternativa ao sistema de cotas, pode ter conseqüências prejudiciais para a qualidade do ensino. A expansão das vagas no período noturno prevista pelo "Inclusp" pode inflar excessivamente as salas de aula, inviabilizando qualquer projeto pedagógico. E a presença de alunos com formação desigual pode dificultar o trabalho dos professores. Além disso, como expandir a educação tecnológica, a pesquisa de ponta e uma pós-graduação internacionalmente respeitada com a divisão, na graduação, entre alunos que fazem cursos diurnos, os mais exigentes, e os que fazem os cursos noturnos, que tendem a ser menos exigentes?

Na realidade, inclusão social não se faz "por cima", ou seja, pela facilitação do acesso à educação superior, mas pela melhora da qualidade do ensino fundamental. Este nível de ensino é decisivo seja para permitir oportunidades profissionais e distribuir renda, seja para assegurar a emancipação intelectual das novas gerações. Ao se opor ao sistema de cotas, a USP agiu corretamente. Contudo, ao fazer uma concessão ao politicamente correto, está criando para si problemas difíceis de administrar.

Bônus ajuda mais candidatos a medicina

Em todos os cursos, a USP espera que o número de estudantes da escola pública convocados suba dos atuais 23,6% para 30%

Bonificação de 3% vai ter maior impacto nas carreiras com maior competitividade, em que às vezes um ponto pode definir a classificação

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

Medicina e direito estão entre os cursos em que haverá os maiores aumentos no número de alunos de escola pública na

USP, com a aplicação do bônus de 3% para esses estudantes no próximo vestibular da Fuvest.

O benefício foi aprovado anteontem pela universidade, visando promover uma maior inclusão social na instituição.

Segundo o estudo da própria USP, ao qual a **Folha** teve acesso, as duas carreiras terão acréscimos superiores a 50% na quantidade de candidatos provenientes do ensino médio público em suas salas. Como

regra geral, a bonificação terá maior impacto nas carreiras com maior competitividade entre os vestibulandos, em que às vezes um ponto define a classificação de um candidato.

Esse é o caso de medicina, curso com a maior nota de corte de todo o vestibular (73 em 100 possíveis). No último exame, das 375 vagas oferecidas, 22 foram ocupadas por alunos de escola pública. Com a aplicação do bônus, o número subiria para 35 —variação de 59,1%. Em direito, o aumento na aprovação seria de 52,4%.

Por outro lado, não haveria mudança em artes cênicas e licenciatura em geociências.

Considerando todos os cursos, a universidade espera que o número de alunos de escola pública convocados suba dos atuais 23,6% para 30%, variação de 27%.

O maior aumento percentual de alunos da escola pública ocorreria em artes plásticas, que teve cinco chamados da rede pública neste ano e passaria a ter dez. Porém, pesquisado

res dizem que, como o universo dessa carreira é reduzido (cinco alunos), a projeção estatística pode não se repetir.

Para Glaucius Oliva, um dos autores da pesquisa, a bonificação não foi dada devido à "bondade" da universidade.

"Também estamos nos beneficiando ao trazer esses estudantes para a USP", disse Oliva. "Se com todas as condições adversas na escola pública eles chegaram perto da nota de corte, isso quer dizer que eles têm um grande potencial."

Como sustentação científica para essa afirmação, Oliva cita o estudo feito pela Unicamp em 2004, que apontou que os alunos da rede pública tiveram um desempenho 4% superior aos da rede particular, considerando a evolução entre a nota do vestibular e os resultados ao final do curso de graduação.

"Isso ocorre porque o nosso vestibular atrai os melhores alunos da escola pública. Privilegiamos o raciocínio, não o conteúdo", disse o coordenador-executivo da comissão que organiza o processo seletivo da Unicamp, Leandro Tessler. Tessler considerou um "avanço" o sistema adotado pela USP. "Fico satisfeito que eles tenham privilegiado o mérito e não as cotas", declarou.

Há dois anos, a Unicamp concede 30 pontos em seu vestibular para os alunos da rede pública, o que representa entre 4,5% e 9% da nota. Com o benefício, houve um acréscimo de 16% no ingresso desses alunos.

Na USP, a bonificação concedida será de 3%, e o acréscimo esperado, de 27%. "Torço para que a USP consiga isso, mas acho difícil", afirmou o coordenador de pesquisa do vestibular da Unicamp, Maurício Kleinke.

Já o coordenador do Movimento dos Sem Universidade, Sérgio Custódio, afirmou que a medida da USP foi "acanhada".

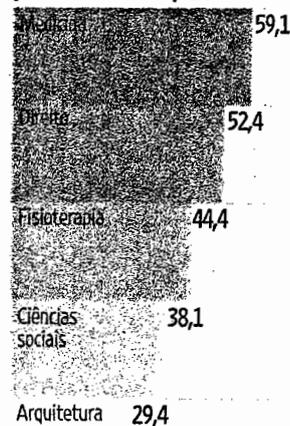
"No curso de direito, mesmo com a bonificação, menos de 15% dos alunos seriam da rede pública, sendo que 85% das matrículas do ensino médio estão nesse sistema. A comparação mostra tudo."

» NA INTERNET - Veja mais carreiras
www.folha.com.br/061443

O QUE MUDA

Com o bônus de 3%, a tendência é que cresça o número de aprovados que concluíram o ensino médio em escola pública

Projeção* do aumento da entrada de alunos da rede pública em 2007, em %



* A projeção utiliza os dados do último vestibular

46% dos cotistas zeraram em vestibular

Entre os não-cotistas na Unifesp, índice dos que erraram todas as questões em ao menos uma das provas é de 22,7%

Apesar do mau resultado dos vestibulandos, pesquisa feita pela universidade mostra que alunos cotistas têm bom desempenho

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

Quase a metade dos 1.152 candidatos que disputaram vaga por sistema de cotas no último vestibular da Universidade Federal de São Paulo foi eliminada por ter zerado em ao menos uma das provas.

Dos cotistas, 531 (46%) não acertaram nenhuma questão em ao menos uma das provas, aponta estudo da universidade ao qual a **Folha** teve acesso.

Entre os não-cotistas, o percentual foi de 22,7% (14.217 inscritos e 3.235 desclassificados por terem tirado zero).

O número de eliminados foi tão grande que 11 das 46 vagas não foram preenchidas (seis sobraram porque os aprovados não comprovaram sua etnia).

A federal de São Paulo, uma das principais escolas da área de saúde do país, reserva 10% das vagas a candidatos afro-descendentes ou indígenas que estudaram em escola pública.

O mau desempenho desses alunos faz com que a Unifesp acredite que o projeto do governo federal, que prevê cotas de 50% em todas as universidades federais, possa baixar a qualidade do ensino superior.

"Não há demanda qualificada para propor cotas de 50%", raciona o pró-reitor de graduação da Unifesp, Luiz Eugênio Araújo de Moraes Mello. "Não zerar no vestibular é o mínimo. Se for imposta porcentagem, qual será a saída? Deixar a prova mais fácil?"

O vestibular da federal de São Paulo, segundo o coordenador do curso Anglo, Alberto Francisco do Nascimento, não é fácil nem impossível. "Exige desenvoltura do pensar."

O processo seletivo da Unifesp tem 130 testes de conhecimentos gerais, 25 questões discursivas de conhecimentos específicos e uma redação.

Vagas permanecem

Apesar do mau resultado dos inscritos pelo sistema de cotas, a Unifesp manterá a reserva de vagas. Segundo outro estudo da universidade, os 10% aprovados estão bem preparados.

A instituição analisou o desempenho durante os cursos de graduação da primeira turma que entrou pelo sistema de reserva de vagas, no ano passado. Os cotistas, em média, tiveram notas semelhantes às dos demais universitários.

Em medicina, a nota que alunos de ambos os grupos mais tiraram foi 8,5. "Mantivemos o nível acadêmico e ganhamos em diversidade", diz Mello. "Mas nossa cota é de 10%."

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação afirmou que não comentaria as críticas a seu projeto de reserva de vagas porque não conhecia os dados do estudo da Unifesp.

A proposta do governo prevê que, em todas as universidades federais, 50% dos alunos venham da escola pública. O prazo para implantação é de seis anos. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e aguarda análise do plenário da casa.



Regina (à esq., de preto) e colegas cotistas da Unifesp que não recebem o dinheiro da bolsa do Ministério da Educação há seis meses

Tuca Vieira/Folha Imagem

Sem bolsa há 6 meses, alunos fazem 'bicos'

SIMONE HARNIK
DA REPORTAGEM LOCAL

Cotistas da Unifesp não recebem, há seis meses, a bolsa de auxílio-para estudos devido a atraso de verbas do Ministério da Educação. São 30 alunos do segundo ano e 29 do primeiro, que estão sem receber os R\$ 540 mensais que serviriam para aulas de inglês e compra de livros e de computador, por exemplo.

O montante em atraso chega a R\$ 192 mil, metade do que a Unifesp deveria repassar em 2006 para as bolsas. Procurada, a assessoria do ministério não respondeu à reportagem.

Sem dinheiro, estudantes fazem malabarismos para dar conta de gastos. A estudante de fonoaudiologia Regina Aparecida Pimenta, 28, arranjou trabalho na biblioteca. "É difícil, porque fiz um planejamento. Tudo o que vinha da bolsa eu usava com gastos da faculdade", conta.

"O ruim do trabalho é que tenho que uma aula para não chegar atrasada", reclama a estudante, que mora em Itaquera (zona leste) e passa três horas em transporte público para chegar à faculdade, que fica na Vila Clementino (zona sul).

Já Rayfran Pereira dos Santos, 26, virou vigia e trabalha à noite para custear o curso de tecnologia oftálmica. "Trabalho em uma empresa dia sim, dia não. Então, eu durmo uma noite sim, uma noite não. Estudo no ônibus, no metrô. Tenho prestar bastante atenção na aula", relata.

Ele veio do Maranhão com a mãe e se estabeleceu em Guarulhos (Grande São Paulo). A bolsa cobria gastos com deslocamento e alimentação.

Cotista em extinção

"É importante entender que a política de cotas, sozinha, não vai funcionar. O repasse de recursos é fundamental. E preciso dar dinheiro para o produtor rural na hora de plantar. Para os estudantes, a lógica é a mesma", crava o pró-reitor de graduação da Unifesp, Luiz Eugênio Araújo de Moraes Mello.

Para a professora Maria Cecília Sonzogni, que pesquisou a situação dos cotistas, o caso é grave. "Vamos ficar sem cotistas por mera falta de bolsa. Isso implica em aluguel atrasado, dificuldades para alimentação e transporte. Essa bolsa cobre as necessidades básicas", reforça.

De acordo com o estudo que ela realizou, de 25 cotistas que estão no segundo ano, só 11 acessam a internet de casa e apenas 8 conseguiram comprar livros na faculdade.

OS COTISTAS NO VESTIBULAR DA UNIFESP

Candidatos da cotas têm mais dificuldade em exatas

COTISTAS
Inscritos: 1.152



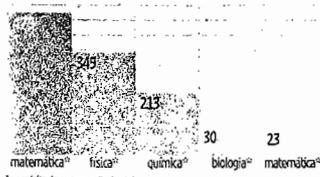
Eliminados por zerar em ao menos uma das provas

SISTEMA UNIVERSAL
Inscritos: 14.217



Eliminados por zerar em ao menos uma das provas

Provas com maior número de zeros



46 número de vagas oferecidas para cotistas

17 número de vagas não preenchidas

entrevista

Sistema motiva bom aluno, diz reitor da UFBA

DA REPORTAGEM LOCAL

Uma das propostas mais radicais de cotas até agora é a da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Há dois anos, 45% das vagas ficam com alunos da rede pública.

Segundo o reitor da instituição, Naomar Monteiro de Almeida Filho, 54, não houve perda de qualidade. Estudo da universidade mostra que a nota média dos não-cotistas no processo seletivo é de 6,1, e a dos cotistas, 5,5.

Leia abaixo entrevista com o reitor, defensor das cotas. (FT)

FOLHA - Por que a UFBA decidiu implementar as cotas?

NAOMAR M. DE ALMEIDA FILHO - Um estudo nosso em 2000 mostrou que 18 dos 60 cursos tinham menos de 20% de afro-descendentes. Assim, surgiu a proposta de corrigir a distorção, para promovermos inclusão social. O movimento negro na Bahia, muito organizado, também fez pressão intensa.

FOLHA - Críticos das cotas dizem que pode haver alunos despreparados e perda da qualidade da universidade. O que o sr. acha?

ALMEIDA FILHO - O experimento da Bahia refuta tal ideia. A

universidade não perdeu qualidade, o resultado do vestibular mostra isso. E ganhamos em diversidade cultural, que ajuda na formação.

FOLHA - Se a média da nota não caiu, por que os candidatos de escola pública não entravam antes?

ALMEIDA FILHO - Agora entram os mais talentosos da rede pública, que não entravam por diferenças mínimas. Em segundo lugar está a motivação. Um bom aluno da escola pública, que poderia entrar em medicina, prestava farmácia porque tinha mais chances de entrar. Agora, sabendo que é competitivo, tenta o curso que quiser.

FOLHA - Outra crítica é que o papel da universidade é ajudar no desenvolvimento do país. Para isso, deve selecionar os melhores.

ALMEIDA FILHO - Precisamos dar oportunidade aos melhores cérebros. Muita inteligência está sendo perdida, por falta de chances, para a criminalidade, o que gera o PCC [Primeiro Comando da Capital] e o Comando Vermelho. Universidades podem manter a qualidade e optar por ajudar na equidade ou pelo isolamento.

FOLHA - O que o senhor acha do projeto do governo federal?

ALMEIDA FILHO - Um dos problemas é a implantação gradual. Optamos pela plena, com desativação gradual. Em dez anos, não deverá existir cotas. Se fizer gradual, o que deveria ser emergencial acaba virando permanente.

entrevista

Para professor da USP, ajuda deve ocorrer na escola

DA REPORTAGEM LOCAL

Na semana passada, a USP aprovou um sistema de inclusão social menos radical que o de cotas: em vez de reservar vaga, o programa dará bolsa de 3% no vestibular aos alunos de escola pública.

Para o presidente da comissão de pesquisa do Instituto de Matemática e Estatística da universidade, Junior Barrera, 46, esse sistema não deveria ter sido adotado. Ele defende que o aluno precisa ser ajudado antes de entrar na universidade, ainda no ensino médio, sob o risco de queda de qualidade das instituições superiores de ponta. Leia abaixo entrevista com o docente. (FT)

FOLHA - Por que o senhor é contrário às cotas ou às bonificações?

JUNIOR BARRERA - A gente não pode colocar alunos despreparados na universidade. Será ruim para os dois. Os alunos não terão base para o que vai ser ensinado. E isso trará aumento da evasão e baixará a qualidade dos cursos. Não conheço alguém que se surpreenda pelo fato de que apenas meninos bons de bola sejam selecionados para jogar no infantil do Co-

rinthians ou do São Paulo. Então, por que se surpreender que só jovens com muito talento intelectual sejam selecionados para a USP?

FOLHA - Há estudos que mostram que aluno de escola pública pode ter desempenho melhor do que o da privada na universidade.

BARRERA - Não tenho dúvida de que na escola pública exista muita gente com potencial. Mas isso precisa ser trabalhado para virar qualidade de fato. Deveria haver uma seleção ao término do ensino fundamental para escolhermos os alunos com potencial e dar a eles bolsas em boas escolas de ensino médio, para que possam competir em igualdade de condições no vestibular. O potencial não deve ser trabalhado na universidade, que não pode fazer papel de colégio.

FOLHA - E sobre o projeto de cotas de 50% nas universidades federais?

BARRERA - Não faz sentido. A motivação da cota é que esses alunos não conseguem disputar com as regras normais no vestibular. Então você aprova 50% de alunos sem preparação. A universidade vai precisar dar a base que não foi dada no colégio. Respeito a intenção das pessoas que pensam no social. Mas temos de pensar na estratégia para o país. Precisamos ter universidades competitivas internacionalmente. A riqueza da nossa nação depende disso.

Cliente: USP
Veículo: DIÁRIO DE S. PAULO
Cidade: SÃO PAULO
Data : 29/05/06
Coluna: OPINIÃO
Página: A - 8
Cód.: 1509649

O bônus da USP

Para responder aos grupos organizados que pressionam pela criação de cotas raciais no ensino superior, a Universidade de São Paulo propõe um meio-termo. Em vez de uma regra cartorial, rígida e sem relação com o mérito acadêmico para matricular na universidade um certo percentual de alunos negros, pardos e índios, como querem esses grupos, a USP propõe a concessão de um bônus de 3% nas notas dos vestibulandos oriundos da escola pública.

Os idealizadores da fórmula imaginam que ao concederem vantagem aos egressos de escolas do estado (normalmente filhos de famílias de renda mais baixa) contemplarão também os jovens de etnias ditas excluídas. Com isso, pensam em elevar dos atuais 19% a parcela de alunos da USP formados no ensino médio da rede pública.

Deve-se elogiar a preocupação da USP com a qualidade da formação de seus estudantes. Zelar pelo mérito acadêmico é a única maneira de a universidade manter-se como um dos 200

Apesar de boas as idéias da USP, é dever do Estado melhorar a qualidade do ensino

melhores estabelecimentos de ensino superior do mundo, segundo pesquisa feita pelo jornal inglês "The Times". Porém, a bem intencionada proposta da universidade não consegue contornar a impossibilidade de continuar a formar bons profissionais se forem criados outros conceitos para avaliar os estudantes sem qualquer relação com o saber e o conhecimento.

Além do bônus, a USP estuda a organização de cursos de vestibular gratuitos para esses alunos e uma espécie de Provão anual para o ensino médio público, cujas notas seriam levadas em conta na seleção. São boas idéias, mas a mais importante ação afirmativa deveria partir do poder público: uma substancial melhoria da qualidade do ensino básico oferecido pelo Estado. E sem discriminar alunos pela cor da pele, por ser eticamente deplorável, além de inconstitucional.

Projetos sobre cotas raciais dividem militantes

A FAVOR:

Claúdio Aparecido da Silva*

As cotas são apenas um passo, o primeiro para se corrigir as distorções sociais que existem entre a população negra e a população branca. É apenas o início de um longo caminho a ser percorrido para o pagamento da dívida que a sociedade brasileira tem com os negros. Não se trata de uma ação definitiva, final, mas apenas de uma medida paliativa, emergencial, que pode permanecer por um período de vinte a trinta anos e nem sei se haverá clima político para durar mais que isso.

É impossível negar a existência da dívida social com a população negra, uma dívida histórica no País que foi o último a abolir a escravidão. As pesquisas em qualquer área indicam isso. Na área empresarial foi demonstrado de forma exaustiva que os negros não ocupam cargos de diretores ou de gerentes nas grandes empresas. São barrados.

No PT de São Paulo, nós já discutimos isso exaustivamente e apoiámos os projetos de lei que prevêm cotas raciais e o estatuto. Há consenso em torno disso. Se algumas pessoas do PT assinaram o documento entregue ontem, no Congresso fizeram isso em nome pessoal, não do partido.

* Integra a direção da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT de São Paulo. Negro, com 29 anos, não tem curso universitário.

CONTRA:

José Carlos Miranda*

A proposta do Estatuto Racial coloca em questão a igualdade jurídica entre os cidadãos brasileiros. Toda vez que algum Estadista quis fazer isso o resultado foi desastroso, desaguando na criação de raças. Não vamos nos esquecer do que houve na Alemanha e em Ruanda.

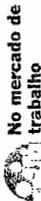
As propostas que estão no Congresso fazem parte da ideologia racista, para dividir o povo e dominar melhor. Defendemos o aumento do número de vagas nas universidades públicas e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, para atender melhor toda a população excluída no meio da qual os negros são maioria. O fundamental é a universalização e a melhoria da qualidade da educação, da saúde e de outros serviços, sem esquecer que não dá para resolver os problemas dos excluídos sem a criação de empregos.

O estatuto não vai resolver os problemas dos negros. Pode ser até mais um obstáculo. Imagine a sua aplicação no contexto de uma favela, com todos os problemas decorrentes da exclusão social. O povo excluído acabará disputando entre si, a partir da cor de sua pele, para definir quem vai ter direito ao serviço público que deveria ser para todos.

* Faz parte do Comitê por um Movimento Negro Socialista e do Diretório Estadual do PT. Negro, com 41 anos, não tem curso universitário.

A briga das cotas

O que prevê o Estatuto de Igualdade Racial



No mercado de trabalho
• Empresas que se beneficiam de incentivos governamentais devem adotar programas de promoção de igualdade racial

• Em caso de empate entre empresas que participam de concorrência, terá precedência quem mantiver programa de promoção de igualdade racial em estágio mais avançado

• Cota de 20% para preencher cargos em comissão e assessoramento de nível superior da administração pública

• Meta de 20% será ampliada até atingir a correspondência da estrutura demográfica de raças em escala nacional (próxima de 50%) no caso da gestão federal

• A mesma aplicação deve ocorrer no plano estadual, segundo critérios demográficos



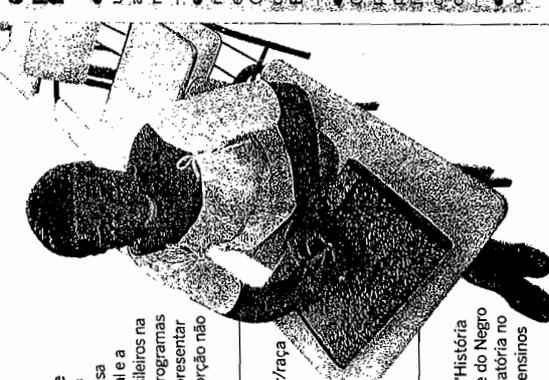
Nos meios de comunicação
• Produção precisa valorizar a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País. Filmes, programas e propagandas devem apresentar afro-brasileiros em proporção não inferior a 20%



Na saúde
• O quesito cor/raça se torna obrigatório em todos os documentos do SUS, como cartões de identificação e prontuários médicos



Na educação
• A disciplina "História Geral da África e do Negro no Brasil" torna-se obrigatória no currículo das escolas de ensino fundamental e médio



O que prevê o projeto para as universidades federais

• Reserva 50% das vagas nas universidades federais para alunos que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas

• Parte desses 50% será reservada a negros ou indígenas estudantes de escolas públicas. O percentual respeitará o índice dessas populações em cada Estado, de acordo com o IBGE

• Assim que aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula, passa a valer para o vestibular seguinte. As federais terão quatro anos para cumprir o estabelecido, em todos os seus cursos

• Programa deve valer por vez anos

Os principais pontos do Estatuto da Igualdade Racial, que divide opiniões mesmo entre os beneficiários da proposta, e o projeto em tramitação no Congresso que reserva vagas no ensino superior

INFORMAÇÕES

Programa de inclusão de estudantes carentes da USP causa divergências

Renata Cafardo

Na maior instituição de ensino superior do País, a Universidade de São Paulo (USP), ainda não se fala em cotas. Mas um programa de inclusão de estudantes carentes, chamado Inclusp, foi lançado no mês passado e já causa polêmica.

Ele prevê que, a partir do vestibular deste ano, jovens que estudaram em escolas públicas ganhem bônus de 3% na nota no exame. O Inclusp não dá benefi-

cios a estudantes conforme a renda. Nesta semana, mais de 90 professores da USP divulgaram um manifesto pedindo que as novas regras do vestibular fossem mais discutidas e apresentadas de forma clara.

A USP é responsável pela prova da Fuvest que, com mais de 150 mil candidatos, é a maior e mais disputada do País. O Inclusp indica que o exame deve passar a ter questões interdisciplinares, o que priorizará o raciocínio, não o conteúdo. Dessa

maneira, também seria facilitado para estudantes de escolas públicas. A reitoria da USP, no entanto, ainda não divulgou como exatamente será o exame.

As inscrições começam em setembro. Está previsto ainda o chamado Sistema de Avaliação das públicas farão provas a cargo de alunos de escolas públicas. O primeiro estudo completo sobre o programa foi divulgado neste mês e concluiu que em 31 dos 56 cursos as notas dos alunos carentes são as melhores. •

INCÓGNITA

Folha de S. Paulo

301 51 200 6 p. 154 Fovest

Bônus da USP desaponta ativistas

Para alunos da rede pública, os 3% oferecidos no programa de inclusão são insuficientes

DA REPORTAGEM LOCAL

Neste vestibular, os alunos que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino vão receber 3% de bônus nas notas da primeira e da segunda fase da Fuvest. Porém, a medida desagradou aos que lutam pela causa da inclusão de jovens de baixa renda e de afrodescendentes e indígenas na universidade pública.

"A USP está dando risada da nossa cara com essa medida", afirmou Zilá Ferreira, 26, militante da causa pela ONG Educafro. Desde 1998, ela vem prestando vestibulares para o curso de direito da USP, mas não conseguiu uma boa colocação em nenhum dos exames. No ano passado, não chegou a prestar a prova e, agora, acredi-

ta que o bônus fará pouca diferença em seu desempenho.

De acordo com uma simulação realizada pela USP, o bônus de 3% vai aumentar de 42 para 64 o número de aprovados da rede pública no curso de direito. Ou seja, das 460 vagas oferecidas, os estudantes da rede pública conseguiriam 13,9%, e não mais os 9,1% que conseguiam anteriormente.

Em medicina, segundo a simulação, o número de alunos vindos da rede pública passaria de 22 (5,9%) para 35 (9,3%) do total dos 375 convocados. Já em engenharia passaria de 122 (14%) para 158 (18,2%), das 870 cadeiras disponíveis.

Tiago dos Santos Moreira, 19, que fez todo o ensino em escola pública, pretende cursar biologia na USP e, para ele, os 3%

também não fariam diferença. "O que a USP fez foi um ponto de partida, mas é insuficiente", disse. "Isso vai ajudar muito pouca gente da escola pública. E até na escola pública tem uma elite", diz.

A ideia do programa de inclusão da USP é aumentar o percentual de estudantes oriundos da rede pública de cerca de 20% para 30% no total dos candidatos. Mas em nenhum dos cursos mais disputados a porcentagem chega a desejada.

Com o bônus, os cursos que ficariam com os maiores percentuais de estudantes vindos da escola pública são ciências da natureza na USP Leste (76,7%), licenciatura em ciências exatas em São Carlos (70%) e química (licenciatura) em Ribeirão Preto (65%).



Zilá Ferreira, que estudou em escola pública e quer vaga na USP

Cliente: USP
Veículo: FOLHA DE S. PAULO
Cidade: SÃO PAULO
Data: 30/05/06
Coluna: FOVEST
Página: 3 e 4
Cód.: 1511460

USP promete prova interdisciplinar

SIMONE HARNIK
DA REPORTAGEM LOCAL

O que fazer quando as regras mudam no meio do jogo? É essa a pergunta que os candidatos ao vestibular 2007 da USP vêm se indagando desde que o projeto de inclusão social da instituição foi anunciado, na última semana. À primeira vista, algumas alterações parecem favorecer o desempenho e outras já despontam como as grandes dúvidas do processo seletivo. Mas uma coisa é certa: a preparação para quem quer uma vaga deve se manter.

O maior enigma promete ser a tal da questão interdisciplinar, que vai aparecer no exame pela primeira vez. De acordo com a pró-reitora de graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, a prova não deverá ser dividida em matérias, como vinha sendo até hoje. "Serão 90 questões e alteramos a natureza delas. Queremos incluir perguntas que cobrem o raciocínio e sejam mais abrangentes."

A idéia, segundo a pró-reitora, é selecionar alunos com uma "postura crítica diante do conhecimento", mas sem deixar de avaliar os conteúdos das disciplinas do ensino médio: português, matemática, história, geografia, inglês, física, química e biologia. "Os jovens que querem passar na Fuvest precisam continuar estudando bastante", afirma Selma.

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que traz testes interdisciplinares e é conhecido dos vestibulandos, não deverá ser o padrão para a Fuvest. "A cobrança será em um nível mais sofisticado e rigoroso que o Enem", diz a pró-reitora.

"É uma surpresa, porque a gente está acostumado a um tipo de prova. Não sei se vai ficar mais difícil com as questões interdisciplinares", diz Tammy Fumiko Messias Takara, 18, candidata ao concorrido curso de medicina.

"Dá para fazer uma questão interdisciplinar num nível fácil,

 Os jovens que querem passar na Fuvest precisam continuar estudando bastante

SELMA GARRIDO PIMENTA
pró-reitora de graduação da USP

Serão 90 questões e alteramos a natureza delas. Queremos incluir perguntas que cobrem o raciocínio e sejam mais abrangentes

IDEM

como é o do Enem, ou num nível muito elevado, como é na UnB. Mas acredito que a Fuvest fará questões mais fáceis que as da UnB, que têm textos enormes, gigantescos", diz o coordenador do Objetivo, Antonio Mario Salles.

Tempo

Mas se as novas questões ainda são obscuras, a diminuição do número de testes de 100 para 90 —mantendo as cinco horas de duração da prova— é praticamente uma unanimidade entre candidatos e professores de cursinho.

"Foi uma redução, mas não de maneira exagerada, o que seria ruim. Se os alunos gastarem três minutos por questão, têm 30 minutos de tempo a mais para rever as questões difíceis", diz o coordenador do Etapa, Carlos Eduardo Bindi.

Mas Marcos Mesquita, que vai disputar uma vaga em administração, prefere ter cautela. "A diminuição das questões ajuda. Mas acho que conta muito a preparação", diz.

"Fazer cem testes em cinco horas provocava um desgaste físico muito grande. Com dez a menos, o candidato vai render mais", diz Ernesto Birner, coordenador do Anglo.

A Semana

Candidatos vindos de escolas públicas terão pontos extras no vestibular. Uma medida justa, mas insuficiente

SELEÇÃO E INCLUSÃO

A USP avança. Timidamente

Depois de passar os últimos anos numa posição distante e defensiva em relação ao crescente debate nacional sobre políticas de inclusão no ensino superior, a direção da Universidade de São Paulo (USP), maior instituição pública do setor no País, anunciou a sua. A principal novidade é que, a partir do próximo vestibular, os egressos de escolas públicas receberão um bônus equivalente a 3% da nota máxima do exame.

A universidade estima que o percentual de aprovados vindos da rede pública passará dos atuais 23,6% para cerca de 30%. A previsão soa otimista. Batizado de Includsp, o sistema da USP segue, em parte, um modelo em vigor em outra estadual paulista desde 2005. Na Unicamp, onde o bônus gira em torno de 6% da nota máxima, em dois anos o percentual de egressos da escola pública aumentou de 29% para 33%. Na Universidade de Campinas, negros e índios têm direito a um se-

gundo bônus, equivalente a 2% da nota máxima. A USP, por sua vez, manteve posição contrária à inclusão de critérios étnicos no processo seletivo.

Nesse debate, confundem-se objetivos distintos. Um deles, bem contemplado pelo modelo da Unicamp, é o aperfeiçoamento da seleção dos candidatos de maior potencial. Ao oferecer bônus aos que competem com a desvantagem de uma formação escolar inferior, a universidade passa a admitir alunos com maior potencial de aprendizado, mesmo que cheguem menos preparados ao exame. É um tipo de aperfeiçoamento que independe de metas políticas e sociais. Essas últimas, igualmente legítimas, dizem respeito à necessidade de combater a reprodução das desigualdades por meio da melhor distribuição das oportunidades educacionais, e demandam ações mais amplas e corajosas.

A decisão da USP é um passo ainda tímido no caminho da correção das injustiças do ponto de vista do próprio mérito acadêmico. ■

RETRATO DA DESIGUALDADE

BOA NOITE, VIZINHOS!

Moradores de uma favela no Morumbi protestam contra condomínio de luxo

Noite de quarta-feira 25. Dois homens encapuzados e armados com pistolas e fuzis barram a passagem de um grupo de moradores da favela Panorama. "Somos da Polícia Federal e vocês estão atrapalhando uma investigação de seqüestro." A explicação é motivo de risos entre os favelados. Atrás dos supostos policiais, pelo menos dez homens engravatados fazem a segurança da festa de lançamento do Parque Cidade Jardim, o maior empreendimento imobiliário do País, orçado em 1,5 bilhão de reais.

Até dezembro de 2007, quatro torres residenciais de alto padrão devem surgir à beira da marginal do Pinheiros, além de um shopping com grifes

famosas. O preço dos apartamentos varia de 1,5 milhão a 10 milhões de reais. Mais adiante, quando brotarem outras cinco torres, a cobertura mais cara, de 1.700 metros quadrados, será vendida por 18 milhões de reais. Apenas um incômodo: a vista privilegiada para a favela do Jardim Panorama.

Cerca de 200 moradores da comunidade, instalada no local há 50 anos, ameaçam a paz dos 500 convidados para a festa de lançamento do complexo imobiliário. "Viemos nos apresentar aos vizinhos da área vip. É uma política de boa vizinhança", resume Marcos César Rosa da Silva, presidente da Associação dos Moradores.

Desde que o projeto de construção foi anunciado, os moradores dizem ser

pressionados para abandonar o local. O pedreiro Adão Alves dos Santos, 33 anos, recebeu uma proposta de 10 mil reais para sair do terreno que ocupa. "Se o proprietário da área oferecesse um dinheiro que desse para a gente morar em um lugar digno, eu aceitaria", lamenta. Outros moradores receberam ofícios da prefeitura para sair em cinco dias.

No ato, a construtora permite que a estudante Karina dos Santos, 19 anos, integrante do grupo

cultural Favela Atitude, leia o manifesto feito pela associação dos moradores para os convidados, pouco antes do show exclusivo de Caetano Veloso. "Queremos mostrar que estamos organizados e abertos para a conversa", avisa. Enquanto Caetano canta *Sampa*, os manifestantes, do lado de fora, arriscam um samba. *Deu três mil pra eu sair/ Qua, qua, qua! Rolei de rir/ Tenho direito e vou ficar/ Quero ver quem vai me tirar*, diz o refrão da letra.



REPRESSÃO. Seguranças tentam obstruir a saída da favela Panorama

JORNAL DA MANHÃ

SP

31/05/06

Pág. 5.

USP promete prova interdisciplinar

Folha de S.Paulo - O que fazer quando as regras mudam no meio do jogo? É essa a pergunta que os candidatos ao vestibular 2007 da USP vêm se indagando desde que o projeto de inclusão social da instituição foi anunciado, na última semana. À primeira vista, algumas alterações parecem favorecer o desempenho e outras já despontam como as grandes dúvidas do processo seletivo. Mas uma coisa é certa: a preparação para quem quer uma vaga deve se manter.

O maior enigma promete ser a tal da questão interdisciplinar, que vai aparecer no exame pela primeira vez. De acordo com a pró-reitora de graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, a prova não deverá ser dividida em matérias, como vinha sendo até hoje. "Serão 90 questões e alteramos a natureza delas. Queremos incluir perguntas que cobrem o raciocínio e sejam mais abrangentes."

A idéia, segundo a pró-reitora, é selecionar alunos com uma "postura crítica diante do conhecimento", mas sem deixar de avaliar os conteúdos das disciplinas do ensino médio: português, matemática, história, geografia, inglês, física, química e biologia. "Os jovens que querem passar na Fuvest precisam continuar estudando bastante", afirma Selma.

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que traz testes interdisciplinares e é conhecido dos vestibulandos, não deverá ser o padrão para a Fuvest. "A cobrança será em um nível mais sofisticado e rigoroso que o Enem", diz a pró-reitora.

"É uma surpresa, porque a gente está acostumado a um tipo de prova. Não sei se vai ficar mais difícil com as questões interdisciplinares", diz Tammy Fumiko Messias Takara, 18, candidata ao concorrido curso de medicina.

"Dá para fazer uma questão interdisciplinar num nível fácil, como é o do Enem, ou num nível muito elevado, como é na UnB. Mas acredito que a Fuvest fará questões mais fáceis que as da UnB, que têm textos enormes, gigantescos", diz o coordenador do Objetivo, Antonio Mario Salles.

Folha de S. Paulo

301 512006 p. E3 f. 01 v. 2.1

USP promete prova interdisciplinar

Número de questões passa de 100 para 90; primeira fase mantém duração de cinco horas

SIMONE HARNIK
DA REPORTAGEM LOCAL

O que fazer quando as regras mudam no meio do jogo? É essa a pergunta que os candidatos ao vestibular 2007 da USP vêm se indagando desde que o projeto de inclusão social da instituição foi anunciado, na última semana. À primeira vista, algumas alterações parecem favorecer o desempenho e outras já despontam como as grandes dúvidas do processo seletivo. Mas uma coisa é certa: a preparação para quem quer uma vaga deve se manter.

O maior enigma promete ser a tal da questão interdisciplinar, que vai aparecer no exame pela primeira vez. De acordo com a pró-reitora de graduação da USP, **Selma Garrido Pimenta**, a prova não deverá ser dividida em matérias, como vinha sendo até hoje. "Serão 90 questões e alteramos a natureza delas. Queremos incluir perguntas que cobrem o raciocínio e sejam mais abrangentes."

A idéia, segundo a pró-reitora, é selecionar alunos com uma "postura crítica diante do conhecimento", mas sem deixar de avaliar os conteúdos das disciplinas do ensino médio: português, matemática, história, geografia, inglês, física, química e biologia. "Os jovens que querem passar na Fuvest precisam continuar estudando bastante", afirma Selma.

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que traz testes interdisciplinares e é conhecido dos vestibulandos, não deverá ser o padrão para a Fuvest. "A cobrança será em um nível mais sofisticado e rigoroso que o Enem", diz a pró-reitora.

"É uma surpresa, porque a gente está acostumado a um tipo de prova. Não sei se vai ficar mais difícil com as questões interdisciplinares", diz Tammy Fumiko Messias Takara, 18, candidata ao concorrido curso de medicina.

"Dá para fazer uma questão interdisciplinar num nível fácil,

Os jovens que querem passar na Fuvest precisam continuar estudando bastante

SELMA GARRIDO PIMENTA
pró-reitora de graduação da USP

Serão 90 questões e alteramos a natureza delas. Queremos incluir perguntas que cobrem o raciocínio e sejam mais abrangentes

IDEM

como é o do Enem, ou num nível muito elevado, como é na UnB. Mas acredito que a Fuvest fará questões mais fáceis que as da UnB, que têm textos enormes, gigantescos", diz o coordenador do Objetivo, Antonio Mario Salles.

Tempo

Mas se as novas questões ainda são obscuras, a diminuição do número de testes de 100 para 90 — mantendo as cinco horas de duração da prova — é praticamente uma unanimidade entre candidatos e professores de cursinho.

"Foi uma redução, mas não de maneira exagerada, o que seria ruim. Se os alunos gastarem três minutos por questão, têm 30 minutos de tempo a mais para rever as questões difíceis", diz o coordenador do Etapa, Carlos Eduardo Bindi.

Mas Marcos Mesquita, que vai disputar uma vaga em administração, prefere ter cautela. "A diminuição das questões ajuda. Mas acho que conta muito a preparação", diz.

"Fazer cem testes em cinco horas provocava um desgaste físico muito grande. Com dez a menos, o candidato vai render mais", diz Ernesto Birner, coordenador do Anglo.



Marcos Mesquita, que vai disputar uma vaga no curso de administração no vestibular da Fuvest

A longo prazo, extensão do programa cobrado na primeira fase deve diminuir

DA REPORTAGEM LOCAL

O projeto de inclusão da USP prevê também a mudança de conteúdo cobrado no vestibular. Isso significa que muitos dos testes que exigem um pouco de "decoreba" vão ser substituídos por questões que privilegiavam a lógica. E o programa que parece extenso demais deverá sofrer uma redução.

Outra proposta é a realização de avaliações aos estudantes da escola pública durante todos os

anos do ensino médio, o que vai dar mais chances aos alunos de baixa renda na hora de concorrer no processo seletivo.

"Essas mudanças no vestibular só têm sentido em conjunto com ações após o ingresso do estudante", afirma a pró-reitora de graduação, **Selma Garrido Pimenta**. A professora se refere, por exemplo, à proposta de aumentar a oferta de bolsas de auxílio aos estudantes.

Outra idéia é oferecer estágios e créditos para pesquisas

voltadas a provocar alterações no sistema público de ensino.

No entanto, boa parte das mudanças sugeridas para o vestibular deste ano ainda devem ser discutidas e definidas. Primeiramente, a idéia era fazer dez questões interdisciplinares e mais 80 tradicionais. Mas isso foi refutado e não houve proposta alternativa.

O número definitivo deve ser alcançado somente após reunião do Conselho de Graduação da USP, na próxima semana.

Bruno Miranda/Folha Imagem

'É possível fazer inclusão social com mérito'

Crítica das propostas de cotas, reitora da USP apresenta projeto alternativo de bônus para alunos da rede pública

ENTREVISTA

Suely Vilela

Desde que assumiu a reitoria da USP, em novembro passado, a professora Suely Vilela criticou as propostas de cotas raciais e sociais, hoje implantadas em algumas universida-

des e defendidas pelo movimento negro e pelo governo federal. Agora, a reitora apresenta um sistema alternativo de inclusão social, com um bônus nas notas dos vestibulandos que tenham cursado os três anos do ensino médio na escola pública.

Para ela, o programa Inclusp combina mérito acadêmico e inclusão.

— Será um conjunto de ações: na escola, com os alunos e com os professores. E vamos pedir ao CNPq bolsa de iniciação científica júnior para os alunos.

Tatiana Farah

O GLOBO: *Como é o projeto de inclusão da USP?*

SUELY VILELA: É o sistema de pontuação acrescida, ou seja, vamos adicionar o fator de 3% na nota dos alunos da rede pública tanto na primeira quanto na segunda fase do vestibular a partir deste ano. Também vamos implantar o sistema de avaliação seriada, mas ele não começa no vestibular 2007.

• *Qual é a avaliação seriada?*
SUELY: O objetivo do nosso projeto de inclusão (Inclusp) é aumentar o número dos alunos de escolas públicas na universidade. Isso passa pela melhoria do ensino público e vamos focar no ensino médio. A avaliação seriada será aplicada nas escolas que aderirem e será feita em todos os anos. Vamos acompanhar aquele aluno desde o primeiro ano e ele será avaliado ano a ano pela Fuvest.

• *Quando será implantado e como vai funcionar?*

SUELY: Ainda estamos detalhando o sistema, mas será um conjunto de ações: na escola, com os alunos e com os professores. Nas escolas, podemos contribuir com o aperfeiçoamento do conteúdo, das disciplinas. Oferecer aos professores cursos de educação continuada. E, com os alunos, vamos pegar os que têm melhor desempenho, solicitar ao CNPq a bolsa de iniciação científica júnior e eles virão aos laboratórios da universidade.

• *Mas como é a bolsa para segundo grau?*

SUELY: É uma modalidade do CNPq que já existe, mas que não teve muita procura em alguns anos e, agora, nós vamos concorrer, solicitar ao CNPq e dar a esses alunos, porque entendemos que a iniciação científica é o melhor instrumento para desenvolvimento do aluno, para desenvolver seu raciocínio e criatividade, despertar para a pesquisa.

• *Qual a porcentagem de alunos oriundos da rede pública hoje na USP?*

SUELY: Os alunos ingressantes que tenham cursado os três anos na escola pública são 19,5%. Os alunos que cur-



SUELY VILELA: "A universidade ganha quanto maior for sua multiculturalidade, ganha quando faz a inclusão"

saram pelo menos um ano do ensino médio na rede pública são em torno de 24,5%.

• *Esse bônus de 3% não é perigoso? Não torna menor a qualidade do aluno que entra na universidade?*

SUELY: Não. Escolhemos 3% depois de fazer várias simulações com as notas dos resultados da Fuvest de 2006. Aplicamos esse fator de acréscimo em todas as áreas. E a diferença no número de pontos do aluno é muito pequena. Se você pega as áreas que são muito concorridas, como direito, medicina e jornalismo, por um ponto você deixa de entrar na universidade. E um ponto, dois pontos, não nos permitem di-

zer que o aluno teve o melhor desempenho, principalmente olhando o nosso sistema de vestibular e o que ele mede: o volume de informações acumuladas ao longo do tempo.

• *Quer dizer que os 3% vão ajudar o aluno a escapar da nota de corte?*

SUELY: É isso mesmo.

• *E essa medida vai aumentar em quanto o número de alunos que vêm da escola pública?*

SUELY: Considerando o dado de 24,5%, calculamos chegar a 30%.

• *Por que não fazer um sistema de cotas?*

SUELY: A USP entende que vo-

Julio Bitencourt/Valor Econômico/27-11/2002

O programa da USP

AS PROPOSTAS DO INCLUSP

Adicional de 3% sobre as notas dos alunos que tenham cursado os três anos do ensino médio em escola pública. Vale para as duas fases do vestibular. Começa este ano, para o vestibular 2007.

Avaliação seriada dos alunos (desde o primeiro ano) de escolas públicas que aderirem ao programa. Acompanhamento desses alunos com captação de bolsas de iniciação científica do CNPq para os que mais se destacarem. Início a partir de 2007.

Cursos de educação continuada para professores da rede pública e aperfeiçoamento do conteúdo acadêmico das escolas públicas que aderirem ao programa. Início a partir de 2007.

uma inclusão tanto étnica quanto socioeconômica. Dessa forma, não adotamos nem o corte socioeconômico nem o racial. Temos especialistas da área de inclusão social que vão acompanhar esse processo para saber se atingimos o objetivo, que é a inclusão étnica e social. Assim, saberemos se temos de fazer algumas alterações ou não.

• *A senhora não teme que a medida possa reforçar a criticada tese de que no Brasil existe uma democracia racial, de que não existiria o preconceito de cor, mas o preconceito contra quem é pobre?*

SUELY: Eu acho que o projeto não tem nada disso. A universidade ganha quanto maior for a sua cultura, a sua multiculturalidade. A universidade ganha quando faz a inclusão socioeconômica e étnica, em suas diferentes realidades.

• *E o bônus de 3% vai atender aos dois quesitos?*

SUELY: Só os 3%, não. Eu acho que esse acréscimo vai incluir mais alunos da rede pública, onde estão o negro e o de baixo poder aquisitivo. Mas com a avaliação seriada é que essa inclusão será mais significativa.

• *Com a aprovação do sistema de cotas pelo governo federal, a USP vai fazê-lo também?*

SUELY: A regra vale para as universidades federais. As paulistas (USP, Unesp e Unicamp) têm autonomia para desenvolver seus próprios projetos de inclusão. As cotas estão em discussão e obvia-

mente isso traz uma cobrança maior dentro das universidades, que têm de colaborar nesse processo.

• *Houve alguma negociação com o movimento negro para desenvolver o projeto de inclusão?*

SUELY: Recebemos representantes de grupos do movimento negro, principalmente a Educairo. No dia de votar o projeto no Conselho Universitário houve uma invasão da reitoria. Na reunião, a pró-reitora de graduação se retirou do conselho para dialogar com as várias entidades que estavam lá. A reivindicação deles é o fator de acréscimo de 10% e não de 3% e o corte tanto socioeconômico quanto racial. Então, seriam 10% de acréscimo e mais 3% para negros e para os que têm uma condição econômica mais frágil. Nós nos comprometemos a manter esse diálogo. Vamos continuar ouvindo as propostas, uma delas é de que representantes do movimento façam parte do grupo de trabalho do projeto.

• *É possível que, mais adiante, a USP faça alguma política voltada para a inclusão dos negros?*

SUELY: No momento é difícil prever isso. É preciso fazer uma simulação dessa reivindicação deles e uma avaliação do impacto disso na universidade. Esse é um tema que tem de ser avaliado não só pelo grupo de trabalho do Inclusp, mas pelos colegiados competentes da universidade. ■

INCLUSÃO SOCIAL

Programa favorece alunos da rede pública

Reitora considera que bônus de 3% na nota "não fere o mérito acadêmico". Para Educafro, Inclusp não atende os critérios necessários

Renata Cruz

O Conselho Universitário aprovou, na última terça-feira (23), o Inclusp - Programa de Inclusão Social da USP. Dentre as diversas ações previstas, está a implementação do Sistema de Pontuação Acrescida, no qual um bônus de 3% será aplicado às notas obtidas na primeira e segunda fases do vestibular por alunos egressos de escolas da rede pública.

Segundo a reitora Suely Vilela, esta porcentagem foi obtida através de simulações. "Percebemos que esses 3% muitas vezes significam somente um ou dois pontos a mais no vestibular, o que, em cursos muito concorridos, como Medicina e Jornalismo por exemplo, podem fazer bastante diferença e, ainda assim, não afetam o critério de mérito acadêmico", afirma.

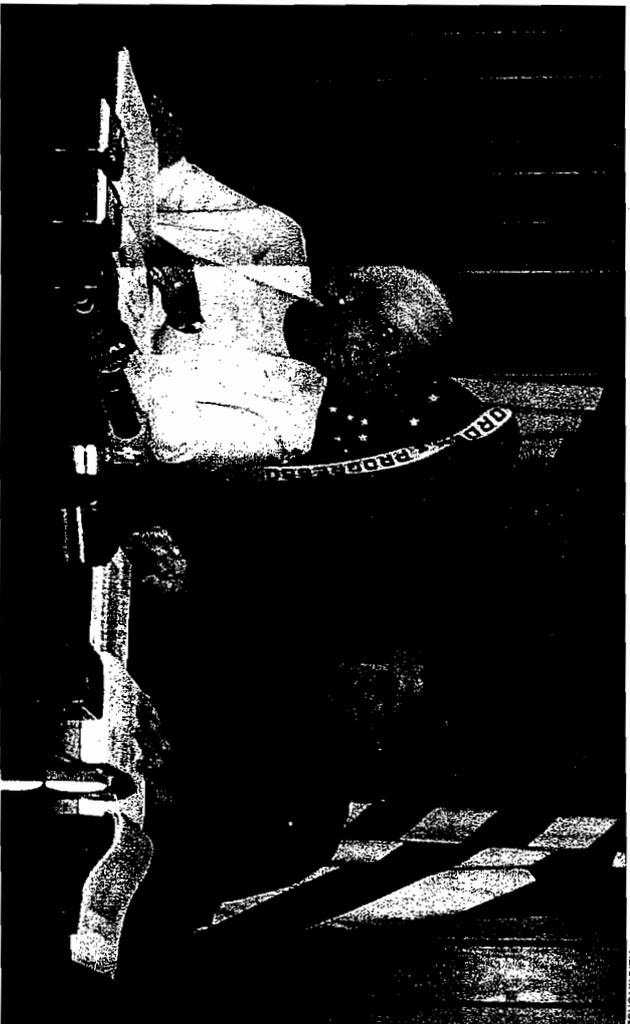
Com base nos dados do último vestibular, somente o bônus de 3% já garantiria o ingresso de cerca de outros 600 alunos da rede pública em cursos da USP, aumentando de 24,8% para 30% a porcentagem de vagas ocupadas por estes na Universidade. "A longo prazo, o ideal seria alcançar 50%, mas não sei se isso será possível durante a minha gestão", conta a reitora. O novo sistema já entra em vigor no próximo vestibular e, para obter o acréscimo, os vestibulandos precisam ter cursado todos os três anos do Ensino Médio obrigatoriamente em escolas públicas.

Outra mudança para o vestibular de 2007 é a diminuição do número de questões da primeira fase de 100 para 90, mantendo as cinco horas de duração da prova. Haverá também a adoção de perguntas interdisciplinares. "Essas são medidas em favor de todos os vestibulandos, que terão mais tempo para compreender os problemas, onde não só o acúmulo de conhecimentos, mas também a capacidade de associação e o raciocínio, serão contemplados", explica a reitora.

Falta de critérios

O programa declara estar fundamentado numa maior democratização do acesso de segmentos menos favorecidos da sociedade aos cursos oferecidos pela USP, sem, no entanto, subordinar esse acesso a critérios de natureza social. Por isso houve a rejeição da adoção de cotas, segundo a pró-reitora de graduação, Selma Garrido Pimenta.

No entanto, esse é justamente o motivo de críticas por parte de movimentos étnico-raciais e sociais, como a ONG Educafro, que organizou uma manifestação em frente ao Conselho Universitário durante a aprovação do Inclusp. "Não há claramente um corte sócio-econômico e étnico-racial definido nesse programa", afirma Eduardo Pereira Neto, coordenador da Educafro. "Isso foi o que levou a uma prática mais forte da cidadania por parte dos manifestantes, o que foi erroneamente



A reitora Suely Vilela e a pró-reitora de graduação Selma Garrido Pimenta durante coletiva para divulgação do Inclusp

chamado de invasão por outros jornais", ele explica, reafirmando-se à entrada forçada de cerca de 100 integrantes da ONG no prédio da reitoria, quando uma porta de vidro foi quebrada ferindo dois integrantes da Guarda Universitária no dia em que o Inclusp foi divulgado.

Pereira reconhece que a USP está percebendo a necessidade de ações afirmativas para a inclusão social, mas critica o fato de a Universidade não ter consultado ato-

res sociais já envolvidos há mais tempo nessas questões. Ele diz que "a USP precisa ser mais humilde, não deve decidir tudo sozinha, há diversos movimentos étnicos e sociais pensando soluções para o problema". Apesar da observação em 11 de maio de 2004, durante o 2º Seminário "O

este preferiu apenas gritar palavras de ordem.

Ensino Médio

A pró-reitora afirma que a Universidade tem preocupações com o nível do Ensino Médio público do País. Na sua opinião, é justamente aí que está a verdadeira raiz do problema. "A questão da inclusão não é responsabilidade somente da USP, e esperamos que esse programa seja indutor de outras iniciativas de fora da Universidade para

a melhoria da educação pública", esclarece. Segundo estudos realizados pelo Naeg (Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação), o modelo que tem maior aprovação na Fuvest é o de escolas técnicas federais e estaduais.

Esse dado mostra que um bom modelo de escolas públicas já existe e, para fazer justiça social, pode ser interessante promover um estudo que analise a viabilidade de aplicá-lo em outras instituições de ensino do País.

VIDA&

Algodão transgênico opõe Ambiente e CTNBio

Mesmo com aprovação por ampla maioria no conselho, ministério não aceita aval para plantio o PÁG. A22

HC incorpora dor como quinto sinal vital

Ela será medida junto com pressão, temperatura, pulso e frequência respiratória após cirurgia o PÁG. A23

EDUCAÇÃO

Fuvest não terá divisão por disciplina

Prova priorizará raciocínio e ainda não se sabe quantas questões serão de cada matéria ou interdisciplinares

Renata Cafardo

O vestibular da Fuvest não deverá ser mais dividido entre as disciplinas do ensino médio, como português, matemática, biologia. A mudança faz parte também do programa anunciado no mês passado pela Universidade de São Paulo (USP) e que inclui ainda questões interdisciplinares. O item, a pró-reitora de Graduação da USP, Selma Garrido Fimenzin, deixou claro que o conceito do exame mudou e que o que importa agora é avaliar os conhecimentos gerais do candidato.

“Vários passos a cobrar raciocínio e uma postura crítica com relação ao conhecimento e não acúmulo de informações. A forma que o vestibular era feito até agora não dá certo”, afirmou. A pró-reitora, no entanto, não informou quantas questões de cada disciplina e quantas interdisciplinares haverá na prova. “Isso não importa. O bom aluno saberá se aquela questão é de matemática ou se é interdisciplinar”, respondeu aos jornalistas que pediam um detalhamento do projeto, chamado Inclusp, que prevê ainda 3% de bônus na nota de alunos que cursaram o ensino médio na rede pública.

O manual do candidato da Fuvest, que costuma conter todas as regras do vestibular, deve começar a ser impresso neste mês. Apesar da insistência dos jornalistas, Selma não esclareceu se os

ROBSON FERNANDES/AE - 8/1/2005



EXAME - “O bom aluno saberá se a questão é de matemática ou interdisciplinar”, diz pró-reitora

vestibulandos receberão a informação sobre o número de questões de cada disciplina no manual. A pró-reitora apenas afirmou que neste ano serão 90 perguntas de múltipla escolha, em vez das 100 que faziam parte da primeira fase até 2005. O programa com as matérias que podem ser exigidas no exame continuará o mesmo, assim como a duração de cinco horas para a realização da prova.

“Essa indefinição de informações prejudica a transparência do vestibular e deixa os alunos ansiosos”, diz o coordenador do Etapa, Carlos Eduardo Bindi. Para ele, no entanto, apesar das incertezas, a Fuvest não deve “surpreender de maneira ruim” os candidatos com uma prova completamente diferente da que tem feito.

“Não sei o que esperar do vestibular. Quería saber, pelo menos, quantas questões interdisciplinares vai ter”, reclama estudante Tálita Saramita Sene, de 18 anos, que vai se candidatar a uma vaga em Relações Internacionais. Segundo a coordenadora

Capes vai financiar escola de altos estudos

Lisandra Paraguassú

BRASILIA

O Ministério da Educação (MEC) vai criar uma Escola de Altos Estudos para trazer pesquisadores de alto nível ao Brasil para participar de programas de mestrado e doutorado. A escola, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), organizará cursos de curta duração com grandes especialistas e que valerão créditos para os cursos de pós-graduação.

De acordo com o ministro Fernando Haddad, as instituições de pós-graduação com cursos avaliados pela Capes como nota acima de 5, públicas ou privadas, poderão apresentar projetos para trazer os pesquisadores. Se aprovado, o projeto será financiado pela Capes e valerá créditos para os estudantes em seus cursos de mestrado e doutorado.

Outras instituições também poderão participar do mesmo curso, desde que apresentem uma proposta e um professor que faça a avaliação dos seus alunos. Nesse caso, as aulas poderão ser presenciais ou por meio de ensino a distância. “Já em 2007 tere-

mos recursos para trazer 20 grandes nomes. Para este ano, veremos o que será possível”, disse Haddad.

Hoje o governo federal também envia ao Congresso a proposta de criação das últimas duas unidades do programa de expansão das instituições federais de ensino superior. São elas a criação da Universidade do Pampa, no Rio Grande do Sul, e a transformação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre em universidade. Também serão enviados os projetos de criação de nove escolas técnicas e agrotécnicas.

A universidade do Pampa começa as aulas em agosto com 14 cursos, incluindo licenciaturas, Agronomia e Zootecnia, e com campus em dez municípios. Por enquanto, antes de o projeto de lei que cria a universidade ser aprovado pelo Congresso, a Universidade de Pelotas e Santa Maria. A faculdade de Medicina da capital gaúcha passará a ter, com a transformação em universidade, cinco novos cursos: Fisiologia, Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia e licenciatura em Biologia. •

USP faz suspense sobre próximo vestibular

Pró-reitora de graduação diz não saber se será divulgado o número de perguntas por disciplina na prova da Fuvest

Coordenadores de cursinhos reclamam que a medida e alegam que a indefinição aumenta o estado de ansiedade do vestibulando

**DANIELA TÓFOLI
DAREPORTAGEM LOCAL**

A Universidade de São Paulo faz suspense sobre sua prova do vestibular do fim do ano. Depois de há duas semanas divulgar mudanças na primeira fase da Fuvest (o número de questões passou de 100 para 90, haverá perguntas interdisciplinares e alunos da rede pública receberão um bônus de 3% sobre a nota), a pró-reitora de gra-

duação da USP, Selma Garrido Pimenta, afirmou ontem que não sabe se será feita a divulgação do número de questões por disciplina, como a instituição vem fazendo nos últimos anos.

"A quantidade não está definida e não necessariamente será. Os alunos devem estudar todas as disciplinas e não precisam se preocupar com quantas perguntas haverá de cada uma", afirmou a pró-reitora. Ao ser questionada se a definição numérica estará presente no manual do candidato, ela se irritou. "Já respondi essa questão", limitou-se a afirmar.

Interdisciplinares

Como o manual deve estar

pronto já em julho, a possibilidade de o número de questões ser divulgada é mínima. "Não vou falar sobre quantidade. Só posso dizer que a importância das disciplinas será mantida seguindo os anos anteriores e que o número de perguntas interdisciplinares será pequeno. Não chegará à metade."

Assim, portugueses deverá continuar tendo o maior número de testes e, inglês, o menor.

Quanto às questões interdisciplinares, a pró-reitora disse apenas que elas serão implementadas gradualmente. Ela também afirmou que a prova não deverá estar dividida por disciplina, mas que "o candidato conseguirá identificar se a

questão é de matemática ou de física, por exemplo".

Transparência

Para os coordenadores de cursinhos, essa indefinição da USP aumenta ainda mais a ansiedade dos vestibulandos.

"Na era da comunicação, brincar de esconde-esconde é absurdo. Concordo que o aluno deve estudar todas as disciplinas, mas, se ele sabe quantas questões há em cada uma, pode dividir melhor seu tempo, se organizar, e priorizar aquilo que acha mais importante", disse Alberto Francisco do Nascimento, coordenador do Anglo. "Essa indefinição é ruim para os candidatos e causa uma

ansiedade desnecessária."

Diretor do Etapa, Carlos Eduardo Bindi também acha que toda incerteza no vestibular gera tensão. "Essa falta de clareza fere o princípio básico do vestibular, que é a transparência. Essa ambiguidade não cabe no vestibular."

A pró-reitora, no entanto, diz que a nova avaliação quer identificar alunos que saibam raciocinar e ter análise crítica sobre a informação, não tendo apenas o acúmulo do conhecimento. "Os candidatos precisam dominar todas as disciplinas e saber relacioná-las. Se o estudante fez um bom ensino médio, o nível de tensão fica reduzido", afirmou Selma.

Na era da

comunicação, brincar de esconde-esconde é absurdo

ALBERTO FRANCISCO DO NASCIMENTO
um dos coordenadores do Anglo

Os alunos devem estudar todas

as disciplinas e

não precisam se

preocupar com quantas

perguntas haverá de

cada uma

SELMA GARRIDO PIMENTA

pró-reitora de graduação da USP



Diário Oficial

PODER
Executivo

Estado de São Paulo

Cláudio Lembo - Governador SEÇÃO I

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel. 2193-8000

Volume 116 • Número 103 • São Paulo, sexta-feira, 2 de junho de 2006

www.imprensaoficial.com.br

Imprensa Oficial

Novo programa da USP amplia acesso dos alunos de escolas públicas a seus cursos

Uma das principais medidas garante o acréscimo de 3% na nota obtida no vestibular da Fuvest

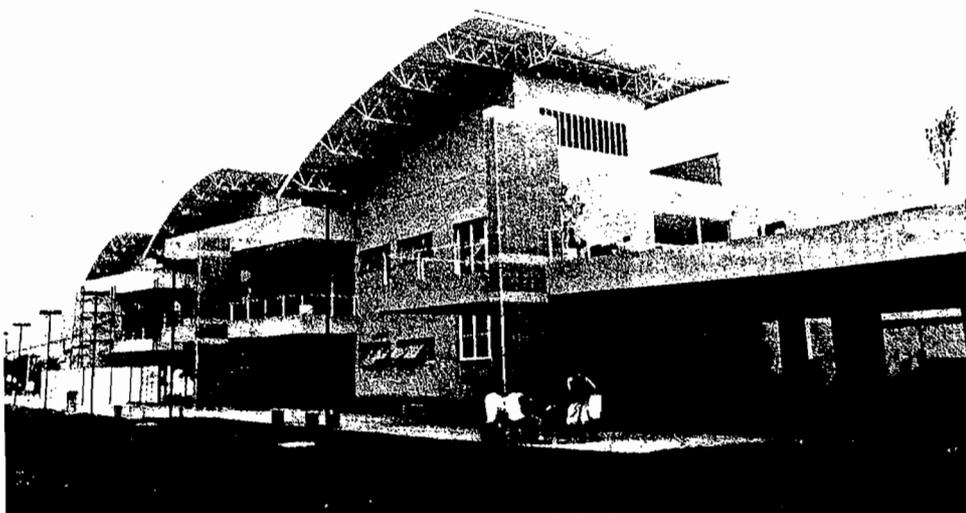
CEO VILELA

O Conselho Universitário da USP aprovou, no mês passado, conjunto de medidas destinadas a ampliar o acesso à universidade de alunos vindos de escolas públicas. Trata-se do Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp), que garante a esses candidatos acréscimo de 3% na nota obtida nas provas da Fuvest (vestibular realizado para ingresso na Universidade), a partir do próximo exame. O benefício será concedido aos alunos que cursaram todo o ensino médio na rede pública.

Segundo a reitora da USP, Suely Vilela, o programa combina a inclusão social com o mérito acadêmico e a autonomia universitária. "A idéia é aumentar o percentual de estudantes egressos do ensino público de 24% para 30% no primeiro ano de aplicação da medida", afirma. As alterações visam também a tornar o exame mais direcionado à cobrança de competências, com questões para avaliar conhecimentos, analisar contextos e fazer comparações. A estimativa dos conselheiros é de que 600 candidatos sejam beneficiados no próximo exame, número que abrange os vestibulandos que costumam ficar próximos à nota de corte.

A primeira fase da Fuvest deste ano será no dia 26 de novembro, e as inscrições começam no mês de agosto. Oferecerá 10.202 vagas para cursos na USP (250 a mais que no ano passado) das quais 3.602 para o período noturno. O aumento de vagas à noite também está previsto no documento, para favorecer estudantes que trabalham. No último vestibular, participaram cerca de 170 mil interessados.

Avaliação seriada – O Inclusp prevê, ainda, a redução no número de questões da primeira fase da Fuvest, de 100 para 90, com a inclusão de mais temas interdisciplinares, a realização de cursos de formação continuada para professores do ensino público, o apoio aos cursinhos pré-vestibulares comunitários, o intercâmbio entre as universidades e as escolas públicas, o estímulo à adoção de professores



USP-Leste: alunos que concluíram o ensino médio na rede pública terão mais facilidade de acesso à universidade

tutores, a ampliação dos recursos para bolsas de moradia e alimentação, entre outras iniciativas. As atividades de pesquisa na graduação serão também beneficiadas, com a criação do Programa Ensinando com Pesquisa, que prevê a concessão de bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pró-reitora de graduação, Selma Garrido Pimenta, anunciou que a USP deverá efetivar um sistema de avaliação seriada do ensino médio público a partir de 2007. A iniciativa consistirá na aplicação de provas ao final de cada ano letivo do ensino médio, com avaliação pela Fuvest, para utilização dos resultados no vestibular. A adesão ao sistema será voluntária, e ainda não está definida a forma de aplicação das notas para pontuação extra no vestibular. "Para isso, será formado grupo de trabalho", avisa Selma Pimenta.

A reitora explica que a intenção é ajudar na melhoria do ensino médio. "Vamos nos esforçar com o propósito de usá-la em 2008", diz. Ressalta, também, que as novas ações serão acompanhadas de pesquisas de avaliação de desempenho. Está prevista a criação de um portal na Internet para que a sociedade tenha acesso ao desenvolvimento

do projeto. Oito entidades de movimentos sociais solicitaram à reitoria a apresentação do Inclusp em audiência pública na Assembléia Legislativa, para que

possam também fazer propostas. A data será marcada.

Da Agência Imprensa Oficial

“ Sistema acrescentará 3% às notas obtidas no vestibular por alunos do ensino público

DA REDAÇÃO

A Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, presidida pelo deputado Sebastião Arcanjo (PT), debateu na Assembléia, em 12/6, programa a ser implementado pela Universidade de São Paulo (USP) para inclusão de alunos afrodescendentes e outros oriundos do nível médio da escola pública, o Inclusp. Participaram da discussão



Deputado Sebastião Arcanjo, Selma Garrido Pimenta e Eduardo Pereira Neto

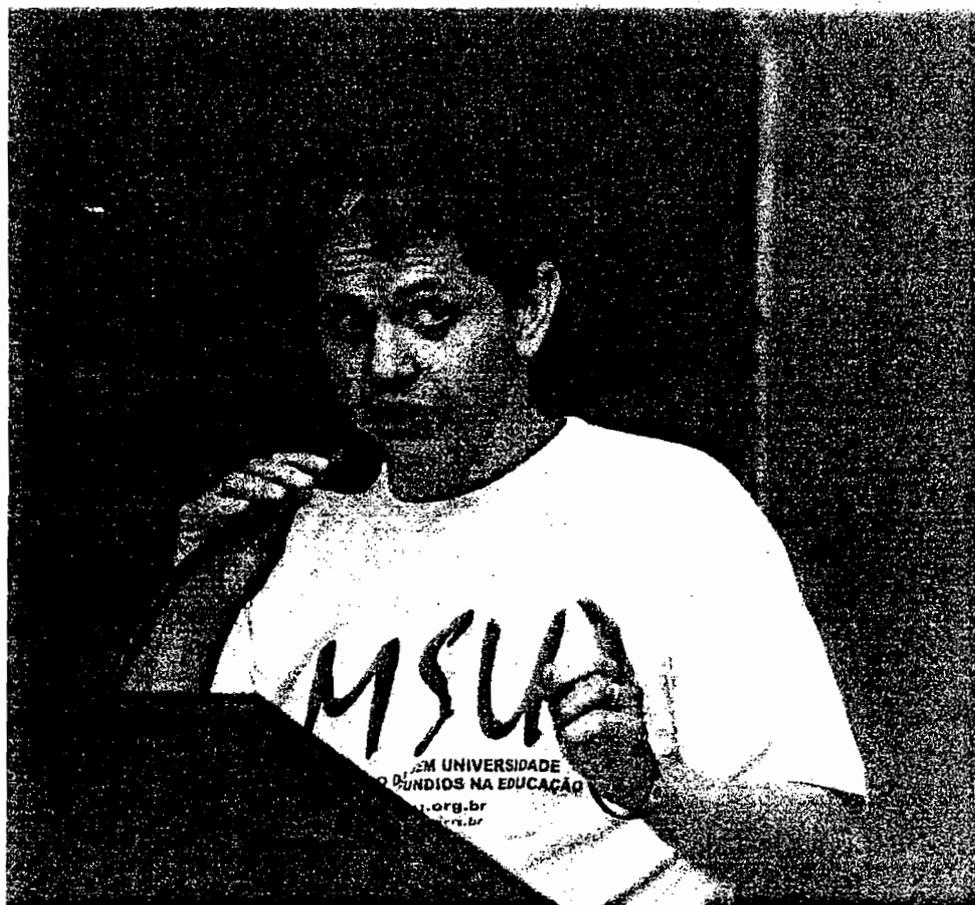
a professora Selma Garrido Pimenta, pró-reitora de graduação da universidade, que veio representar a reitora Sueli Vilela; Eduardo Pereira Neto, coordenador da Educafro, e Sérgio José Custódio, coordenador do Movimento dos Sem Universidade (MSU), militantes ligados ao movimento negro e outras entidades da sociedade civil.

Selma Pimenta esclareceu ao público que integra um grupo de trabalho que recebeu da reitora Sueli

Vilela a incumbência de fazer um esboço de proposta para a inclusão de alunos vindos da escola pública. O resultado desse trabalho é o Inclusp, que tem como finalidade “sistematizar a contribuição da USP para a superação das desigualdades sociais; expressar preocupação com as barreiras socioeconômicas existentes na sociedade brasileira e no Estado; e assegurar maior acesso às vagas da USP para alunos da escola pública”.

Continua na página 3

Sistema acrescentará 3% às notas obtidas no vestibular por alunos do ensino público



Sergio Custódio

CONTINUAÇÃO DA PRIMEIRA PÁGINA

Segundo declarou a professora, a Universidade de São Paulo desenvolveu o programa a partir do reconhecimento de que, em seu meio acadêmico, existem poucos representantes pretos, pardos e oriundos da rede oficial de ensino, mas que tal fato não pode ser creditado à instituição. Para ela, trata-se de um reflexo das contradições vividas pela sociedade brasileira.

Algumas alterações implementadas pelo Inclusp serão estabelecidas já para o próximo vestibular, como o sistema de pontuação acrescida que somará 3% às notas de vestibular desses alunos, tanto as da 1ª como da 2ª fase. As questões serão reduzidas a 90, quando tradicionalmente eram 100, permanecendo, no entanto, o mesmo tempo disponível para resolvê-las.

Além dessa medida de curto prazo, haverá um conjunto de ações para apoiar os estudantes antes, durante e após o ingresso. A USP celebrará parceria com a rede de ensino público para o estabelecimento de um programa de avaliação seriada que irá substituir a 1ª fase da Fuvest, a médio prazo.

Para Eduardo Neto e Sérgio Custódio, as alterações pretendidas são bem-vindas e têm o apoio das entidades que representam, porém ambos ressaltaram que ainda é muito pouco. Para Neto, "o Inclusp é tímido, pífito". Ele também questionou se as vagas disponíveis irão realmente para alunos de baixa renda e da periferia. Na opinião dele, as vagas deveriam atender alunos com renda abaixo de R\$ 500.

Mesmo considerando a proposta da USP uma vitória do movimento, Custódio, do MSU, declarou que a iniciativa da universidade é, na verdade, uma colaboração para a campanha presidencial do ex-governador Geraldo Alckmin. Ele apresentou ao deputado Sebastião Arcanjo requerimento pedindo a constituição de uma CPI para investigar a relação entre a Fuvest e os cursinhos particulares pró-vestibular. Custódio sugeriu ainda a inclusão no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em trâmite na Assembléia, de emenda que destine recursos extras para a permanência de alunos da escola pública na universidade.

Pró-reitora de Graduação multidisciplinar vestibular



➤ A pró-reitora de Graduação, Selma Garrido Pimenta, concedeu entrevista coletiva para explicar as modificações

Conselho de Graduação aprovou, no dia 6 de junho, a resolução que prevê mudanças no Vestibular Fuvest 2007. Essas alterações, que foram anunciadas pela pró-reitora de Graduação, Selma Garrido Pimenta, integram o conjunto de ações do Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP), que tem como objetivos ampliar as probabilidades de acesso dos estudantes egressos da escola pública, incentivar a participação desses alunos no processo seletivo de ingresso na Universidade e apoiar, com ações específicas, a permanência deles no curso superior.

Segundo a pró-reitora, a primeira mudança diz respeito à interdisciplinaridade das questões. “O objetivo do vestibular é tomar como ponto de partida os conhecimentos gerais que são

história, geografia, física, química, biologia e inglês”, explicou. “O que estamos procurando é ir transformando o vestibular da USP num vestibular que cobre do aluno uma postura diante do conhecimento e não, como em alguns casos tem sido praticado, um acúmulo de informações”, completou.

Outra novidade será a redução do número de questões da primeira fase, que passará de 100 para 90, mantendo a duração de cinco horas da prova. “Vamos manter, em igualdade de condições com os vestibulares anteriores, a importância desse conjunto de disciplinas do ensino médio. É importante deixar claro para os alunos que eles deverão continuar estudando e estudando bastante todas

vestibular será o Sistema de Pontuação Acrescida, no qual um bônus de 3% será aplicado às notas das primeira e segunda fases para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas da rede pública municipal, estadual ou federal. Esse sistema será aplicado também aos alunos que cursaram o ensino médio na modalidade supletivo presencial em escolas públicas.

Selma avisa que, para usufruir desse direito, o candidato deverá declarar, no ato da inscrição, que cursou integralmente o ensino médio em escola pública e, se aprovado, comprovar essa condição na matrícula.

“Praticaremos essas alterações e criaremos, desde o início, linhas de pesquisa para avaliar os efeitos dessas medidas e, ao longo deste ano e, após a realização desses estudos, caminharemos

Cliente: USP
Veículo: JORNAL DA CIDADE
Cidade: BAURIC
Data: 10/08/06
Coluna: GERAL
Página: 10
Cód.: 1611939

Arquivo
Pró-Reitoria

Vestibular 2007 da USP terá mudanças

Thatiza Curuci

Mais vagas

Em sua passagem por Bauri para participar do 4.º Fórum de Docentes da Faculdade de Odontologia de Bauri (FOB), a pró-reitora de graduação da Universidade de São Paulo (USP), Selma Garrido Pimenta, anunciou que o vestibular 2007 da instituição terá novidades. A primeira delas é um aumento de 3% nos alunos de escolas públicas. Pelos cálculos, o número de estudantes da rede pública aumentará, passando dos atuais 23,6% para 30% no total de calouros.

"Na primeira fase, estamos acrescentando aos aprovados 3% de alunos que vêm de escolas públicas", explica. O método vai também aumentar o número de alunos para concorrer à segunda fase. Essa modificação visa a inclusão social, sem o estabelecimento de cotas como acontece em outras universidades.

"São alunos de escolas públicas que, por razões das mais variadas, têm ficado fora da faculdade. Nosso desafio é proceder a inclusão social sem estipular as cotas", justifica a pró-reitora. Além disso, haverá redução no número de testes da primeira fase,

O próximo vestibular da USP, em janeiro do ano que vem, também terá mais vagas – passará de 9.952 para 10.202. Isto porque a Faculdade de Engenharia Química de Lorena foi incorporada pela USP, oferecendo mais 240 vagas. A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, também oferece mais dez vagas para ciências econômicas a partir

passando de 100 para 90. O tempo de prova, no entanto, será o mesmo.

Cerca de 10 questões também da primeira fase do vestibular terão caráter interdisciplinar, como já ocorre no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ainda no processo de inclusão social, a USP pretende se aproximar mais das escolas públicas a partir do ano que vem. "Os alunos serão avaliados desde o primeiro ano do ensino médio, portanto, já estarão sendo motivados a estudar mais. Os professores vão se envolver mais no ensino também", explica Pimenta. "Estamos trabalhando para que

do próximo ano.

Começou na última segunda-feira a venda do kit para os candidatos do vestibular 2007 para seleção de alunos para as Faculdades de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Os kits podem ser adquiridos até o dia 13 de setembro, nas agências credenciadas do Banespa, ao custo de R\$ 9,00. (TC)

o aluno de escola pública coloque a USP nos seus sonhos como uma possibilidade", completa.

Na tarde de ontem, a professora proferiu palestra sobre o tema "Desafios Docentes no Ensino de Graduação", no auditório da Biblioteca da FOB. Pimenta é professora da Faculdade de Educação da USP e autora de diversos livros sobre a formação de professores.

A pró-reitora assumiu o cargo no início do ano direcionando os seus trabalhos principalmente para os desafios da inclusão social; da valorização da graduação e do ensino à distância.

Fuvest teme contestação de bônus social

Projeto da reitoria que acrescenta 3% à nota dos alunos da rede pública foi aprovado e vale para o próximo vestibular

O BÔNUS SOCIAL NO VESTIBULAR DA USP

- >> Para elevar a proporção de alunos da rede pública na USP, foram definidas medidas a serem adotadas a partir do próximo vestibular
- >> Dentre elas está a concessão de bônus de 3% na nota para estudantes desse grupo
- >> Outra mudança foi a diminuição no número de perguntas na 1ª fase
- >> A Fuvest teme que alunos que se sentiram lesados pelas medidas contestem-nas na Justiça

NÚMEROS DA USP

25 / 70 é a proporção de alunos oriundos da rede pública na universidade

85 / 70 é a porcentagem do total de estudantes no ensino médio

30 / 70 será a proporção de alunos da rede pública na USP após as novas medidas, segundo previsões

Fundação alertou reitoria sobre possibilidade de candidatos oriundos de escolas particulares irem à Justiça contra medidas

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

Durante as discussões para a implementação do bônus para estudantes da escola pública, a Fuvest alertou a reitoria da USP para o perigo de a medida causar contestações judiciais. Mesmo assim, o projeto foi aprovado e vale já para o próximo processo seletivo.

A Fuvest é a fundação que organiza o vestibular da universidade e vinculada à reitoria.

O problema apontado pela fundação é que, pela primeira vez desde a criação do exame, em 1977, os candidatos não serão mais tratados de forma igualitária na prova — quem estudou em escola pública terá um acréscimo de 3% na nota da primeira e da segunda fase.

No entendimento da Fuvest, um candidato que fez o ensino médio em escola particular e ficou fora da lista de aprovados poderá se sentir discriminado e contestar o vestibular.

“Era nosso dever alertar a

reitoria”, disse à Folha Roberto Costa, um dos coordenadores do exame, que falou ontem sobre as mudanças na prova em um congresso de educação, promovido pelo sistema COC de Ensino. “Mas não houve atrito com a reitoria. Nosso papel é executar o que o reitor pede. É claro que eles já conheciam esse risco.”

Apesar da possibilidade de contestação, Costa diz não acreditar que isso possa causar problemas graves. “O aluno que se inscreveu no exame aceitou as regras da prova.”

Na Unicamp, que concede pontos a alunos de escola pú-

blica desde 2004, não houve contestação até agora, afirma o coordenador-executivo do vestibular, Leandro Tessler.

A pró-reitora de graduação da USP Selma Garrido Pimentel, foi procurada pela reportagem, mas não retornou até o fechamento desta edição.

Eleição

A inclusão de alunos da rede pública na USP foi a principal bandeira de campanha da atual reitora, Sueli Vilela, eleita no ano passado. Ela pretende diminuir a desigualdade entre o número de alunos no ensino médio público (85%) e a quantidade desses estudantes que conseguem ingressar na USP (cerca de 25%).

O bônus de 3% foi ação mais visível de um pacote lançado em maio pela reitoria para diminuir a disparidade. Segundo simulações da instituição, o número de aprovados da rede pública deveria ser elevado para 30%. Outras mudanças foram a diminuição no número de perguntas na primeira fase (de cem para 90) e a reserva de nove questões de formulação interdisciplinar (que envolve mais de uma disciplina).

O programa foi aprovado pelo Conselho Universitário (órgão máximo da instituição), com 79 votos a favor, dois contra e seis abstenções. Mas as mudanças causaram polêmica. Quase cem docentes, incluindo nomes como Henrique Fleming e Eunice Ribeiro Durhan, assinaram um texto em que criticavam a “falta de definição clara das regras do vestibular”.

/ VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

03/10/2006 - 09h05m - Atualizado em 03/10/2006 - 16h38m

MUDANÇA TEM COMO BASE TÉCNICA OUTROS VESTIBULARES, DIZ USP

Prova da Fuvest não terá mais divisão por disciplinas na primeira fase; anúncio foi feito a menos de dois meses da data do exame

FERNANDA BASSETTE, DO G1, EM SÃO PAULO
 entre em contato

Tamanho da letra **A- A+**



Pró-reitora de graduação da USP, Selma Garrido Pimenta

A pró-reitora de graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, informou, por meio de uma nota oficial, que a opção de apresentar a prova da primeira fase da Fuvest sem a tradicional divisão por disciplinas, tem como base técnica exames vestibulares de outras universidades. A pró-reitora, no entanto, não citou quais são as instituições que já usam esse método de avaliação.

O anúncio da mudança no formato da prova foi feito pela Fuvest (responsável pela elaboração da prova) na manhã de segunda-feira (2) e provocou reações de professores de cursinho e de vestibulandos. Para eles, a mudança vai gerar confusão nos candidatos durante a realização da prova porque foi anunciada em cima da hora, a menos de dois meses da data da primeira fase do exame.

A pró-reitora afirmou que a elaboração da prova será organizada "com a competência e lisura que caracterizam a Fuvest e estarão asseguradas as condições necessárias para que os candidatos concentrem sua atenção e raciocínio para respondê-las adequadamente". Para que isso seja possível, diz a nota, a Fuvest reduziu o número de questões de 100 para 90 e manteve as cinco horas para a sua execução.

"A recomendação que fazemos aos candidatos é que considerem o tempo geral para a execução da prova e planejem o tempo que deverão despender a cada questão, considerando que todas elas são importantes", disse a professora Selma. "Na oportunidade, reiteramos aos candidatos que estudem muito todas as disciplinas para que sejam bem sucedidos nas provas da Fuvest", finalizou a pró-reitora.

Este ano, 141.977 candidatos se inscreveram para o vestibular da Fuvest. A fundação oferece 10.202 vagas para a Universidade de São Paulo (USP), 100 para a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e outras 180 para a Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Os locais de exame da primeira fase serão anunciados no dia 17 de novembro. A prova está marcada para o dia 26 do mesmo mês.

Arquivo
PRG**Jornal Notícias**

PORTO - PORTUGAL

http://jn.sapo.pt/2006/10/26/mundo/diferencas_comecam_ensino.html**Diferenças começam no ensino**

Ivete Carneiro, Enviada especial a S. Paulo

Os jornais esquecidos em cima da mesa debitam números de sondagens para a corrida eleitoral à presidência do Brasil. Lula vai cada vez mais à frente e os eleitores mais bem remunerados e os mais escolarizados do Sul do país continuam fiéis a Geraldo Alckmin. As previsões valem o que valem, mas os números acabam por revelar fielmente uma dura realidade do país o Sul mais bem remunerado é também o mais escolarizado, mas é tragicamente minoritário.

A gigantesca Universidade de S. Paulo (USP), instituição pública, é prova disso. Este ano, 75% dos admitidos são oriundos do ensino particular, percentagem que sobe a 98% no caso da Medicina, e isto apesar de 85% dos alunos do ensino médio de S. Paulo frequentarem escolas públicas!

Porquê? "Os que vêm do particular têm uma origem sócio-económica mais elevada e ao longo da sua trajectória tiveram melhores oportunidades de acesso ao conhecimento". Selma Garrido Pimenta é pró-reitora de Graduação da USP e recusa rasgar o país político entre os escolarizados e os outros. Pelas alamedas que atravessam o campus, são numerosos os cartazes com referências políticas, as chamadas para debates sobre eleições e políticas sociais, as opiniões. "A universidade é um local de discussões acérrimas e de diferentes posições na matéria", garante a docente. E na infundável fila para a cantina, os estudantes confirmam-no. Muitos admitem escolher Lula - mas nem sempre o Partido dos Trabalhadores - e reconhecem que a diferença de intenção de voto está até mais na área de formação do que noutra coisa. Rodrigo, 22 anos, estudante de Geologia e convicto "petista", divide a coisa entre as humanidades que estão com Lula e as economias que preferem Alckmin.

Profusão de estudos

"É de facto o sector dominante da sociedade, mais instruído, sim, e da classe média alta, mas fora da universidade", que apoia o adversário do actual presidente brasileiro. Esse, arrisca Selma Garrido Pimenta, "é mais fortemente apoiado pela elite intelectual", além da classe baixa para a qual os programas sociais do governo de Lula foram "mais palpáveis". Uma elite que espera apenas que esses mesmos programas deixem de ser apenas assistenciais e aproximem efectivamente os extremos sociais. O que não parece, ainda, ser o caminho tomado pelos políticos, admite a pró-reitora.

O retrato do país é uma fronteira entre o Sudeste que concentra a produção de conhecimento e o resto do território. É uma profusão de estudos sobre políticas públicas, formas de organização do sistema de ensino, técnicas de aprendizagem que "não está sendo devidamente apropriado para orientar as políticas de GoveA Venezuela mantém a sua candidatura a um lugar não permanente no Conselho de Segurança, anunciou hoje o seu embaixador na ONU, Francisco Javier Arias Cardenas.mo".

Realidade dura

Mais uma vez, os números. A rede escolar básica cobre 95% da população em idade para frequentá-la, mas no Nordeste não passa dos 60%. Desigualdade a que há que somar o abandono escolar. Há 30 anos, apenas 2% das crianças que entravam na escola levavam os estudos até ao fim do ensino médio (equivalente ao secundário português). "Hoje, esse número aumentou, mas a pirâmide ainda existe". Porque em famílias sem recursos "a criança é um factor de rendimento" e o trabalho infantil ainda é uma realidade muito dura. O que falhou então apesar de todo o investimento no alargamento

da rede escolar? Antes de mais, diz Selma Garrido Pimenta, a falta de garantias de qualidade. Primeiro junto dos professores, que "permanecem num nível salarial bastante baixo" e não têm condições para oferecer o milagre do ensino a tempo inteiro. Depois, porque o aumento quantitativo abriu a escola à população de baixo rendimento, que é a do abandono escolar. No final, quem perde é a qualidade do ensino básico, o que se reflecte na realidade universitária.

É muito simples. Seja ele quem for, o presidente do Brasil que for eleito domingo terá pela frente um desafio de enorme peso se quiser manter a promessa de construir um país melhor democratizar verdadeiramente uma educação com qualidade.

O mal é que, perdidos numa campanha medíocre de acusações e insultos, nenhum dos candidatos parece ter dado conta disso. A educação tem sido uma das grandes ausências desta luta por um lugar ao sol no Palácio do Planalto.

Cliente: USP
Veículo: FOLHA DE S. PAULO
Cidade: SÃO PAULO
Data: 27/10/06
Coluna: COTIDIANO
Página: C - 11
Cód.: 1664694

Atividade
Cotação
Grandeza

USP vai oferecer 800 bolsas de estudo

Bolsas de R\$ 330 serão pagas a alunos a partir do 2º ano de graduação; quem tem renda superior também poderá se inscrever

SIMONE HARNIK
DA REPORTAGEM LOCAL

A USP lançou a segunda fase de seu projeto de inclusão social. A partir de 2007, a instituição vai oferecer 800 bolsas de R\$ 330 pelo programa Ensinar com Pesquisa. Os beneficiados serão, prioritariamente, estudantes da graduação com renda familiar de até R\$ 1.500.

Em maio, o projeto promoveu mudanças no vestibular, criando bônus de 3% na nota de candidatos da rede pública, reduziu o número de questões de cem para 90 e incluiu perguntas interdisciplinares.

A idéia do novo programa é desenvolver a formação do aluno a partir do segundo ano da graduação. A bolsa será dada a estudantes que se inscreverem e tiverem um projeto de pesquisa. Haverá uma triagem socioeconômica, mas quem tem rendas superiores também poderá se inscrever.

"Na faculdade, o estudante tem acesso a informações de maneira profunda. Mas não há formação só com acesso a in-

formações. É preciso situá-las. Queremos que o estudante busque o conhecimento de maneira autônoma e saiba problematizá-lo", diz a pró-reitora de Graduação da USP, Selma Garrido Pimenta.

Regras

A bolsa ficará vigente por um ano e poderá ser renovada, de acordo com o desempenho acadêmico. Há obrigatoriedade de apresentação da pesquisa em, pelo menos, um evento nacional ou internacional externo. Se a bolsa for usada por dois anos, um artigo deverá ser publicado pelo estudante.

A verba virá do orçamento da universidade e significará um gasto anual de aproximadamente R\$ 3,17 milhões dentro dos repasses do governo do Estado —que, em 2005, foram de R\$ 1,96 bilhão.

A quantidade de bolsas foi dividida conforme o percentual de estudantes com renda familiar de até R\$ 1.500 em cada unidade. No curso de relações internacionais, por exemplo, apenas 9,9% dos ingressantes em 2006 se enquadram nessa faixa. Já ciências da natureza, na USP Leste, são 64,1%. No total, 21,1% dos alunos chamados para a matrícula em 2006 pertenciam a essa faixa de renda.

Daniel Pereira, 18, já tem um projeto e vai efetuar sua inscrição. Ele cursa sistemas de informação na USP Leste e quer criar um programa de computador para analisar a qualidade de traduções. "Vou utilizar a bolsa para manter gastos com transportes, alimentação e livros. Não dá para me manter sem depender dos meus pais, mas já é uma ajuda." Morador da Vila Matilde (zona leste de

SP), ele diz que se enquadra na faixa de renda do programa.

Outros programas

A USP já mantém outros programas de assistência estudantil, como o Bolsa Trabalho, com benefícios de um salário mínimo (R\$ 350) a estudantes que desenvolvam projetos de extensão universitária. Segundo a pró-reitora, todos os demais programas serão mantidos.

Como o novo projeto será destinado apenas a estudantes a partir do segundo ano, a pró-reitora de graduação afirmou que vai expandir uma parceria com um banco, que oferece bolsas de R\$ 250 aos calouros.

Em 2006, foram oferecidas 185 bolsas socioeconômicas. Para 2007, a perspectiva é oferecer outras 600. A USP ainda pretende duplicar os benefícios para a iniciação científica.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

USP dá bolsas para carentes**Eles participarão de projetos de pesquisa de professores**

A Universidade de São Paulo (USP) vai dar 800 bolsas a alunos de baixa renda que queiram trabalhar em projetos de pesquisa sobre o ensino na graduação. Os projetos precisam ser inscritos por professores de qualquer área. Os estudantes farão uma espécie de iniciação científica. As inscrições já estão abertas.

Segundo a pró-reitora de Graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, alunos com renda familiar de até R\$ 1.500 terão prioridade na seleção. Mas o desempenho acadêmico também será considerado. "É um belo desafio combinar essas duas coisas", diz Selma.

As bolsas fazem parte do projeto Inclusp, que foi divulgado em maio deste ano pela institui-

ção e prevê maior inclusão de alunos de baixa renda. Entre as medidas, há um bônus de 3% para alunos de escolas públicas no vestibular da Fuvest. As bolsas, que foram agora detalhadas pela reitoria, já estavam previstas no projeto inicial.

O valor delas será de R\$ 330 e serão direcionadas a alunos que estejam pelo menos no segundo ano do curso. Segundo Selma, já há inscrições de professores de várias áreas. "Há muitos deles preocupados com o ensino da Física, da Química e da Engenharia na universidade", diz.

A intenção é que esses projetos possam desenvolver novas metodologias e práticas para a graduação. Além disso, diz a pró-reitora, os alunos poderão ter a

experiência de trabalhar com pesquisa e produzir conhecimento já no início do curso.

VESTIBULAR

As inscrições para o novo campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) de São José dos Campos ficarão abertas só até sexta-feira. Elas devem ser feitas pela internet no endereço <http://vestibular.unifesp.br>. São 50 vagas para o curso de Ciências da Computação, cinco delas reservadas para o sistema de cotas. O curso será dado no novo Parque Tecnológico de São José dos Campos, onde já há também uma Faculdade de Tecnologia (Fatec). O vestibular será nos dias 13, 14 e 15 de dezembro. ● RENATA CAFARDO

Cliente: USP
Veículo: A GAZETA
Cidade: CUIABÁ
Data: 29/10/06
Coluna: NACIONAL
Página: 3 - C
Cód.: 1673161

Arquivado.

USP dá 800 bolsas para estudos voltados para área de graduação

RENATA CAFARDO
SÃO PAULO/AE

A Universidade de São Paulo (USP) vai dar 800 bolsas a alunos de baixa renda que queiram trabalhar em projetos de pesquisa sobre o ensino na graduação. Os projetos podem ser inscritos por professores de qualquer área. Os estudantes farão uma espécie de iniciação científica. As inscrições já estão abertas.

Segundo a pró-reitora de Graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, alunos com renda familiar de até R\$ 1.500 terão prioridade na seleção. Mas o desempenho acadêmico também será considerado. "É um belo desafio combinar essas duas coisas", diz Selma. As bolsas fazem parte do projeto Inclusp, que foi divulgado em maio deste ano pela instituição e prevê maior inclusão de alunos de baixa renda.

Entre as medidas, há um bônus de 3% para alunos de escolas públicas no vestibular da Fuvest. As bolsas, que foram agora deta-

lhadas pela reitoria, já estavam previstas no projeto inicial. O valor delas será de R\$ 330 e serão direcionadas a alunos que estejam pelo menos no segundo ano do curso. Segundo Selma, já há inscrições de professores de várias áreas. "Há muitos deles preocupados com o ensino da Física, da Química e da Engenharia na universidade", diz.

A intenção é que esses projetos possam desenvolver novas metodologias e práticas para a graduação. Além disso, diz a pró-reitora, os alunos poderão ter a experiência de trabalhar com pesquisa e produzir conhecimento já no início do curso. As inscrições devem ser feitas pelo endereço <http://vestibular.unifesp.br>. São 50 vagas para o curso de Ciências da Computação, cinco delas reservadas para o sistema de cotas. O curso será dado no novo Parque Tecnológico de São José dos Campos, onde já há também uma Faculdade de Tecnologia (Fatec). O vestibular será nos dias 13, 14 e 15 de dezembro.

Fuvest cria bônus, mas não atrai mais alunos carentes

Exame cuja 1ª fase ocorre hoje tem maior participação de estudantes da escola privada

Vestibular 2007 tem maior índice de candidatos que não trabalham desde 2000, apesar do benefício na nota para jovem da rede pública

FÁBIO TAKAHASHI
DA REPORTAGEM LOCAL

No ano em que a USP lançou um pacote para beneficiar alunos de escola pública (que incluiu até bônus de 3% na nota do vestibular), foram os formados da rede privada que avançaram em participação entre os inscritos no processo seletivo.

No exame, que tem a primeira fase hoje, 57,9% dos 142.656 candidatos são de colégio particular. No ano anterior foram 50,4% (veja quadro à pág. C6).

A participação de escolas privadas é a maior desde 2000, quando a USP começou a adotar ações de inclusão social. A medida àquela época foi conceder 5.000 isenções da taxa de inscrição no exame para estudantes da rede pública — número que está em 65 mil hoje.

O vestibular 2007 também tem, desde 2000, a maior participação de candidatos que não trabalham e que fizeram ensino médio matutino. “Havia a expectativa de maior atração de alunos de escola pública”, diz o vice-reitor da USP, Franco La-

jolo, que preside o conselho curador da Fuvest (que aplica a prova). “Mas era difícil que ocorresse uma mudança impactante em apenas um ano.”

Segundo Lajolo, uma possível explicação para a queda dos inscritos de escola pública — de 16,7% em relação ao ano passado — é o Prouni, programa do governo federal que concedeu neste ano 36.700 bolsas em São Paulo a alunos de baixa renda em universidades particulares. “Mas ainda precisamos fazer estudos para poder explicar esse movimento com precisão.”

Para movimentos sociais, a queda de inscritos de escola pública mostra que o pacote de inclusão é insuficiente. “A USP quis apenas enrolar. E o povo cansou de ser enrolado”, disse o coordenador da ONG Educafro, frei David Santos, que defende a reserva de vagas na USP a alunos “de escola pública, pobres, negros e indígenas”.

“Os pobres viram o bônus como esmola e não algo que pode mudar a realidade”, diz Sérgio Custódio, que coordena o MSU (Movimento dos Sem-Universidade). “A USP segue com medo de compartilhar a educação com as classes mais baixas.”

→ LEIA MAIS C6 e C7

Educadores vêem crise na disputa pela USP

Dirigentes de Unicamp e Unifesp suspeitam que chegou ao limite o número de candidatos da rede pública preparados para a Fuvest

Programa que dá bolsa em universidades particulares, Prouni é apontado como fator para menor procura de estudantes da rede pública

DA REPORTAGEM LOCAL

"Quando um projeto assim começa, há uma demanda reprimida. E uma surpresa a que-rida na Fuvest", afirma o coordenador-adjunto do exame da Unicamp, Renato Pedrosa.

Na Universidade Estadual de Campinas — que concede uma pontuação extra aos alunos de escola pública desde o vestibular de 2005 —, ocorreu o contrário no início desse projeto de inclusão social.

Houve uma elevação na procura desse perfil de estudante no primeiro exame com o benefício (a participação subiu de 31,4% para 34,1%).

Nos vestibulares posteriores,

entretanto, a participação desses estudantes entre os inscritos vem caindo (recuou para 29% neste ano).

"Há o fator Prouni [programa do governo federal que dá bolsa em universidades particulares], mas parece também que a demanda da escola pública chegou a um limite. O grupo de pessoas da rede pública que se sente preparada para o exame da USP ou da Unicamp não cresce", diz o coordenador-adjunto do exame da Unicamp.

Já na opinião do pró-reitor de graduação da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Luiz Eugênio Mello, os alunos da rede pública vêem uma grande dificuldade em se manter no ensino superior, mesmo que não seja cobrada mensalidade e o ingresso na universidade seja facilitado.

A Unifesp oferece cotas des- de o vestibular 2005. Mesmo com o benefício, o número de

inscritos da rede pública caiu de 26% em 2005 para 22% neste ano no campus central.

"Ao que parece, os alunos da rede pública estão questionando se o curso vai trazer benefícios reais ou se é melhor já cair no mercado de trabalho", afirmou o pró-reitor.

Aprovação

Se a tendência apresentada nos dados da própria Fuvest e da Unicamp se confirmar, a queda no número de inscritos de escola pública no vestibular deverá ter pouco impacto no resultado esperado do bônus concedido pela USP.

A universidade estima que, ao conceder 3% de acréscimo na nota das duas fases do vestibular da rede pública, a proporção desse perfil de estudantes entre os aprovados suba dos atuais 24% para 30%.

Resultados de exames anteriores da Fuvest mostram que o

número de inscritos da rede pública quase não influenciou o perfil da lista de aprovados.

Na prova para ingresso em 2005, por exemplo, 38,6% dos inscritos vieram de escolas públicas, que conseguiram 20,1% das vagas.

No ano seguinte, entre os candidatos a proporção subiu para 41,8%, mas entre os estudantes aprovados diminuiu para 18,5%.

Na Unicamp, no mesmo período, o número de inscritos da rede pública caiu 8%, enquanto entre os aprovados a diminuição foi menor, de 6%.

"O número de estudantes preparados para resolver a prova, que efetivamente disputam as vagas, é mais ou menos constante. Aqueles que deixam de inscrever tendem a não serem aprovados mesmo", afirmou o coordenador-adjunto do processo seletivo da Unicamp, Renato Pedrosa.

Realidade do país destoa do perfil dos candidatos

DA REPORTAGEM LOCAL

O perfil do estudante que busca uma vaga no vestibular da Fuvest destoa das características socioeconômicas da população brasileira.

Enquanto 57,9% dos quase 143 mil candidatos que tentaram uma vaga para o próximo ano vieram do ensino médio particular, a rede privada representa 12,1% das matrículas do país, de acordo com o Censo Escolar do Ministério da Educação.

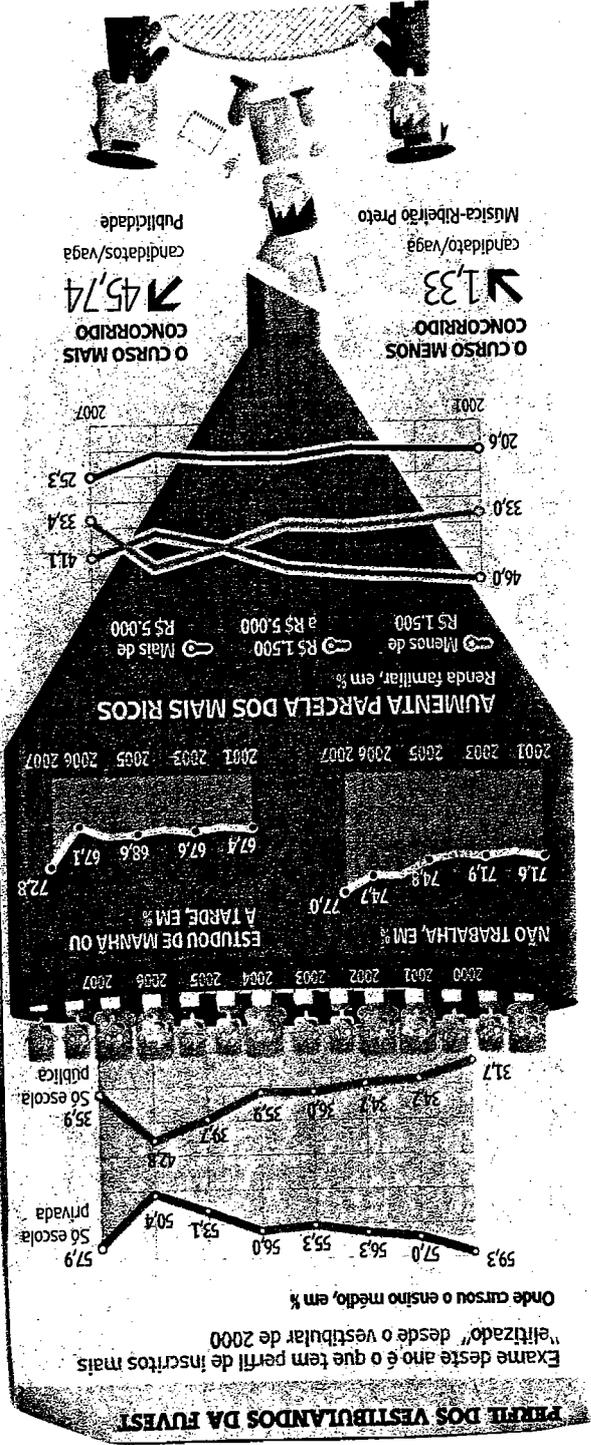
No Estado de São Paulo, esse índice é de 13,5%.

Em relação à situação econômica, 15% dos vestibular-

dos declararam rendimento familiar acima de 20 salários mínimos (R\$ 7.000). Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), só 3,3% dos domicílios do país têm essa renda.

No vestibular 2007, a Fuvest (que seleciona para a USP, a Academia de Polícia Militar do Barro Branco e a Santa Casa) registrou 142.686 inscritos — 16,3% a menos do que no ano passado. Entre os oriundos de colégios públicos, essa diminuição chegou a 16,7%.

A redução surge no ano em que a Fuvest lança seu mais forte programa de inclusão, o bônus na nota. Além da isenção na taxa de inscrição, em 2000, a entrada da USP Lete no vestibular 2005 tinha contribuído para atrair mais alunos da rede pública. (R)



Questões interdisciplinares da Fuvest confundem candidato

Para professores, perguntas tinham apenas contextos diferentes

A nova prova da Fuvest, que pela primeira vez não foi dividida claramente em disciplinas e ainda incluiu as chamadas perguntas interdisciplinares, confundiu os vestibulandos. A primeira fase do maior exame do País, que completou ontem 30 anos, foi realizada por 135.285 dos 142.656 candidatos inscritos. O índice de ausência foi de 5,17%. O menor que o do ano passado.

"Depois de ler um texto do Drummond, apareceu uma razão quadrada na questão seguinte", disse o estudante Marcelo Francisco Gomes, de 23 anos, que corre a uma vaga em Filosofia. "A prova toda, misturada, estava interdisciplinar." Outra vestibulanda Mariana Santos Conceição, de 21 anos, acha que o novo modelo acabou com qualquer estratégia em resolução de exames. "Quando as matérias ficam separadas, você podia escolher o que responder primeiro. Você segurava na questão das disciplinas mais fáceis e se animava para as mais complicadas. Agora, ficou impossível fazer assim."

Segundo a diretora da Fuvest, Marta Theresza Fraga Rocco, não havia motivo para confusão. A prova estava separada em blocos com 10 questões de biologia, de matemática, de física, de química, de história e de geografia, 5 de inglês e 10 de português. Além disso, as nove primeiras perguntas eram interdisciplinares. A maioria das questões era uma só ou seja, uma única sequência de perguntas, de 1 a 90.

A maior diferença com relação a outros anos foi a de que não havia inscrição do nome da disciplina antes do início dos blocos de questões. "Só não tinha o título, mas isso não faz diferença para o aluno que estava bem preparado", diz Marta Theresza. Para professores ouvidos pelo **Estado**, as questões interdisciplinares - novidade aguardada com ansiedade pelos vestibulandos - na verdade não exigiam conhecimentos de mais de uma disciplina. Um exemplo

Uma outra pergunta usava apenas o nome de Leonardo Da Vinci para questionar apenas sobre anatomia do ser humano. "Tinham um contexto diferente, envolvia vários conteúdos, mas questionavam apenas uma disciplina", diz o professor Ciusseppe Nobili, do Objetivo. "Creram uma ansiedade à toa nos vestibulandos", completou o professor de química Antonio Mario Salles.

Desde então, quando as mudanças foram aprovadas pela Universidade de São Paulo (USP), havia incerteza sobre como a prova seria apresentada. A instituição só comunicou no fim do ano, depois da venda dos

Cliente: USP
Veículo: O ESTADO DE S. PAULO
Cidade: SÃO PAULO
Data: 27/11/06
Coluna: VIDA &
Página: A - 15
Cód.: 1700530

Reitor da UFRJ quer cota para a rede pública

Fabiana Chmiel

RIO

O reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Aloísio Teixeira, pediu ao Conselho de Administração da instituição que estabeleça uma reserva de 5% a 10% das vagas para estudantes da rede pública estadual. Depois de visitar salas de aula onde se realizavam as provas do último dia do Vestibular 2007, o professor, que sempre se manifestou contra a criação de cotas raciais nas universidades, classificou de "muito cruel" o atual sistema de ingresso na instituição. "Os alunos de baixa renda nem tentam esse vestibular. Não se pode comparar alunos que estudam até sem professor de matemática com outros que viajam todo ano para o exterior", disse Teixeira. O reitor condena as cotas por entender que o motivo da exclusão dos mais pobres das universidades públicas é a desigualdade de renda, não a medida, proposta pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, que prevê uma política universitária para os próximos cinco anos.

O índice de falhas do exame foi considerado baixo. Apenas 6,065 dos 43.856 inscritos deixaram de comparecer a uma das etapas, menos de 15%.

Há 5 tipos de provas, com a ordem das questões diferente

Primeira fase

GABARITO

Prova V	Prova K	Prova Q	Prova X	Prova Z
1 D 46 E	1 E 46 C	1 C 46 B	1 B 46 A	1 D 46 A
2 D 47 A	2 C 47 E	2 B 47 A	2 E 47 A	2 D 47 B
3 C 48 B	3 B 48 A	3 D 48 E	3 C 48 E	3 E 48 A
4 B 49 D	4 D 49 E	4 D 49 A	4 C 49 D	4 C 49 E
5 E 50 C	5 D 50 B	5 B 50 E	5 B 50 D	5 C 50 C
6 C 51 B	6 C 51 A	6 E 51 D	6 D 51 B	6 B 51 C
7 B 52 B	7 B 52 C	7 C 52 B	7 D 52 C	7 B 52 E
8 D 53 C	8 D 53 E	8 D 53 E	8 D 53 C	8 D 53 D
9 E 54 D	9 E 54 C	9 E 54 B	9 E 54 B	9 E 54 D
10 D 55 A	10 E 55 D	10 C 55 A	10 B 55 E	11 B 55 B
11 B 56 C	11 A 56 A	11 B 56 C	11 D 56 C	11 E 56 B
12 E 57 E	12 A 57 B	12 B 57 E	12 C 57 C	13 D 58 D
13 B 58 A	13 E 58 A	13 C 58 B	13 C 58 B	14 D 59 A
14 D 59 E	14 D 59 E	14 C 59 C	14 B 59 A	15 B 60 E
15 C 60 B	15 D 60 C	15 A 60 C	16 E 61 D	16 A 61 E
16 E 61 A	16 B 61 C	16 C 61 E	17 A 62 D	17 E 62 A
17 D 62 C	17 C 62 E	17 E 62 A	18 A 63 A	18 A 63 A
18 A 63 E	18 C 63 D	18 A 63 A	18 B 63 A	19 B 64 E
19 C 64 C	19 B 64 D	19 E 64 E	19 D 64 C	20 B 65 D
20 E 65 B	20 E 65 B	20 B 65 D	20 B 65 C	21 D 66 D
21 A 66 A	21 C 66 B	21 A 66 D	21 E 66 B	22 C 67 B
22 C 67 D	22 C 67 C	22 C 67 B	22 C 67 B	23 C 68 C
23 E 68 A	23 B 68 C	23 D 68 C	24 B 69 C	25 D 70 B
24 D 69 C	24 A 69 C	24 C 69 C	25 A 70 A	26 E 71 E
25 E 70 B	25 E 70 B	25 A 71 C	26 E 71 E	27 A 72 C
26 D 71 C	26 D 71 C	26 A 71 E	27 A 72 C	28 A 73 A
27 D 72 E	27 D 72 E	27 B 72 C	28 A 73 A	29 D 74 B
28 A 73 A	28 A 73 A	28 A 73 C	29 D 74 B	30 D 75 A
29 C 74 B	29 C 74 B	29 E 74 E	30 B 75 B	31 C 76 E
30 D 75 D	30 D 75 D	30 C 75 A	31 C 76 A	32 E 77 E
31 B 76 B	31 B 76 B	32 E 77 C	32 D 77 C	33 B 78 D
32 C 77 C	32 E 77 E	33 D 78 D	33 A 78 E	34 A 79 A
33 B 78 D	33 B 78 C	34 D 79 A	34 E 79 A	35 E 80 E
34 A 79 D	34 A 79 D	35 B 80 C	35 D 80 D	36 E 81 B
35 E 80 E	35 C 80 D	36 B 81 B	36 B 81 A	37 D 82 A
36 D 81 B	36 E 81 B	37 C 82 D	37 E 82 B	38 A 83 C
37 D 82 E	37 D 82 A	38 D 83 C	38 B 83 A	39 C 84 D
38 A 83 C	38 A 83 E	39 A 84 A	39 A 84 E	40 B 85 D
39 C 84 D	39 C 84 A	40 C 85 C	40 B 85 A	41 D 86 B
40 B 85 D	40 C 85 E	41 E 86 C	41 A 86 C	42 C 87 A
41 D 86 B	41 B 86 B	42 E 87 E	42 D 87 E	43 C 88 D
42 C 87 A	42 B 87 C	43 C 88 A	43 A 88 D	44 D 89 B
43 C 88 E	43 C 88 D	44 D 89 B	44 C 89 A	45 A 90 E
44 B 89 A	44 D 89 A	45 D 90 D	45 E 90 B	

manuais do candidato, que não haveria divisão entre disciplinas. Pouco se sabia também como seriam as questões interdisciplinares e se elas seriam misturadas ao restante.

"Achei as perguntas bem formuladas", disse Jéssica Rodrigues, de 17 anos. "Os estudantes de Hortolândia Bruno de Campos Bolognari e Guilherme das Neves Bastos não viram mudanças substanciais nas novas perguntas interdisciplinares. "O que mudou mesmo foi o enunciado."

BÔNUS PARA ESCOLA PÚBLICA

O exame foi realizado em 11 escolas nas capitais e no interior. A outra novidade deste ano foi o bônus de 3% na primeira e na segunda fase oferecido a alunos de escolas públicas. A intenção é aumentar o número desse grupo entre os aprovados, que atualmente está em cerca de 20%. "Levando em consideração a precariedade da escola pública ainda adido pouco essa diferença", afirmou o vestibulando de escola particular Luiz de Andrade Nogueira, que fez a prova em Sorocaba. Ele, que sempre estudou em escola estadual, espera conseguir uma vaga no curso de Design da USP.

A Invest seleciona alunos para 10.202 vagas da USP, 100 da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e 180 da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. A lista de aprovados sai no dia 15 de dezembro, assim como os locais onde serão feitas as provas da segunda fase. Esta etapa vai de 1 a 11 de janeiro.

● **RENATA CARFARO, FERNANDA VONTEA, GIOVANA GUARDO, GILBERTO MENDONÇA, JOSÉ MAMA TOMAZELA E MÁRIO TONOCCHI, ESPECIAL PARA O ESTADO**

60% mais alunos de escola pública

Cresce a participação de estudantes da rede estadual entre os aprovados para 2.^a fase do exame

Renata Cafardo

O número de alunos que estudaram em escolas públicas e passaram para a segunda fase da Fuvest aumentou em mais de 60% neste ano. A mudança se deve ao programa de inclusão social lançado pela Universidade de São Paulo (USP), que dá bônus de 3% na pontuação do vestibular a esses estudantes.

Segundo a pró-reitora de Graduação da USP, Selma Garrido Pimenta, os resultados foram surpreendentes, já que a instituição previa um crescimento de mil alunos vindos de escolas públicas. Em 2005, foram 6.300 convocados; agora, são 10.318. O número representa 30,4% do total de aprovados para a segunda fase. No ano passado, foi de 23,4%.

Os resultados foram divulgados ontem pela pró-reitora, que diz ainda não ter detalhes sobre as carreiras ou áreas em que esse grupo mais aparece. "Sabemos apenas que há mais alunos de escolas públicas nos cursos mais concorridos", afirmou.

O site da Fuvest, no entanto, mostra estatísticas mais detalhadas sobre os convocados. Em Publicidade e Propaganda, curso mais concorrido neste ano da Fuvest, 12 dos 145 convocados estudaram em escolas públicas. O número representa 7,3% do total e é inferior aos 11,4% registrados no ano passado. O curso de Medicina teve 103 estudantes de escolas públicas chamados, o que equivale a 8%. Em 2005, o índice era de 5,9%.

É possível notar ainda que o número maior de estudantes de



PAULO LIEBERT/AE - 24/1/2006

AVANÇO - Selma Garrido, pró-reitora da USP: surpresa com resultado

escolas públicas aprovados está em cursos da área de humanas. São cerca de 4.800 alunos, que representam 30% do total. No ano passado, eram 25,4%. Em exatas, esse índice subiu de 27% para 30% e em biológicas, de 16,5% para 20%.

Os dados do site mostram também que não houve mudanças de um ano para outro quando se analisa a renda familiar dos convocados. Os que ganham entre R\$ 500 e R\$ 1.500 continuam representando cerca de 20%.

Segundo Selma, não é possível prever quantos dos convocados devem de fato ser aprovados no vestibular da Fuvest. A previsão era de que haveria 600 alunos de escolas públicas a mais estudando na USP. Atualmente, cerca de 20% dos estudantes não cursaram escolas particulares. O programa de inclusão, chama-

do de Inclusp, foi lançado em maio deste ano numa alternativa ao sistema de cotas.

Mesmo assim, caiu o número de inscritos na Fuvest do grupo beneficiado. Neste ano, foram 49 mil inscrições de escolas públicas; no ano passado, 70 mil.

UNESP

No último dia do vestibular da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), o índice de abstenção foi de 24,4% dos alunos, o maior dos três dias de prova. Ontem, cerca de 70 mil candidatos responderam a questões de língua portuguesa e escreveram a redação, cujo tema proposto era "A busca da beleza nos dias atuais". O resultado será divulgado no dia 2 de fevereiro.

● COLABOROU SIMONE IWASSO

EDUCAÇÃO

A10 | VIDA & | SEGUNDA-FEIRA, 25 DE DEZEMBRO DE 2006 | O ESTADO DE S. PAULO

PAULO LIBERTAE



Selma Garrido Pimenta
Pro-reitora de
graduação da USP

"O programa está atin-
gindo seu objetivo."
SOBRE O FATO DE 60% MAIS ALUNOS DE
ESCOLAS PÚBLICAS PASSAREM PARA A 2.
FASE DA FUVEST

Sucesso na implantação do Inclusp

O programa, lançado neste ano, incrementou ações que estão sendo desenvolvidas nas Unidades

Pró-Reitoria de Graduação teve um ano produtivo na manutenção dos programas existentes e na implantação de novos projetos. Um dos que deram maior visibilidade foi o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp), elaborado pela Pró-Reitoria e aprovado pelo Conselho Universitário (Co).

O programa dá incremento às ações que estão sendo desenvolvidas em diversas Unidades e instâncias da Universidade, em torno de um projeto comum, sob a forma de uma política institucional. O programa articula excelência acadêmica, autonomia universitária e inclusão social, tendo como foco os estudantes do ensino médio da escola pública.

"O Inclusp compreende um conjunto articulado de ações de apoio a esses estudantes, antes, durante e após

o processo seletivo para ingresso na USP, prevendo estratégias de acompanhamento para avaliar a efetividade das ações", explica a pró-reitora Selma Garrido Pimenta.

Entre os programas existentes, o Pró-Aluno, institucionalizado desde 1994, criou duas novas salas, uma na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e outra na Faculdade de Medicina. Está prevista a criação de mais três salas, uma no *Campus II*, em São Carlos, e outras duas na Escola de Engenharia de Lorena (EEL). Com essas novas salas, o Programa passará a contar com 48 salas, totalizando 1.103 computadores.

Já o Programa de Recuperação de Salas de Aula recebeu recursos no montante de R\$ 100 mil, que foram utilizados para a compra de equipamentos e de material de consumo para realização de projetos. Outro programa voltado para

o ensino de graduação, o de Manutenção e Reequipamento de Laboratórios Didáticos, lançado em 2002, utilizou recursos financeiros da ordem de R\$ 2 milhões, que foram distribuídos a 36 Unidades de Ensino e ao Centro de Informatização de São Carlos. Com uma dotação orçamentária de R\$ 400 mil, o Programa de Apoio a Eventos Acadêmicos, que estimula atividades extracurriculares que auxiliem a formação integral do aluno, atendeu 173 pedidos das Unidades de Ensino, envolvendo 3.563 alunos de graduação.

O Programa Ensinar com Pesquisa, previsto para começar em fevereiro de 2007, contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento no campo do ensino de graduação e investir no desenvolvimento das competências docentes e discentes no campo do ensino e da pesquisa. Con-

ta com 800 bolsas no valor de R\$ 300,00 cada uma e com duração de 12 meses.

No campo da internacionalização, R\$ 200 mil foi o montante distribuído para Unidades de Ensino, Centros e Museus, subsidiando a participação de alunos, regularmente matriculados, em eventos ou atividades acadêmicas no exterior.

Já o projeto Pró-Salas Eletrônicas, desenvolvido em parceria com Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), está em expansão, com a previsão orçamentária de R\$ 900 mil.

Em fase de elaboração, encontram-se o Programa de Apoio a Atividades de Reforço e Permanência, a Biblioteca Básica de Graduação e o Programa de Apoio ao Intercâmbio de alunos de graduação intercampus.

Instituídas em 2006, com o objetivo de possibilitar aos alunos de graduação cursar disciplinas em instituições ibero-americanas de ensino superior, as Bolsas de Mobilidade Internacional, convênio entre a USP e o Banco Santander Banespa, disponibilizou 20 bolsas para o 2º semestre de 2006 e 20 bolsas para o 1º semestre de 2007, no valor de 500 euros mensais e recursos para a passagem aérea.

Bolsas Externas